

Revista

**FEBASE**

Ano III  
N.º 22  
1,50 €  
Abril de 2012

Federação do Setor Financeiro



Diretores Adjuntos: Carlos Marques; Carlos Silva; Horácio Oliveira e Pereira Gomes

Diretor: Delmiro Carreira



“temos  
de reforçar  
a nossa  
imagem”

**Carlos Marques**

Secretário-geral da Febase  
em entrevista

## Ficha Técnica

**Propriedade:**  
Federação do Setor Financeiro  
NIF 508618029

**Correio eletrónico:**  
revista.febase@gmail.com

**Diretor:**  
Delmiro Carreira – SBSI

**Diretores Adjuntos:**  
Carlos Marques – STAS  
Carlos Silva – SBC  
Horácio Oliveira – SBSI  
Pereira Gomes – SBN

**Conselho editorial:**  
Firmino Marques – SBN  
Pastor Oliveira – SBSI  
Patrícia Caixinha – STAS  
Sequeira Mendes – SBC

**Editor:**  
Rui Santos

**Redação e Produção:**  
Rua de S. José, 131  
1169-046 Lisboa  
Tels.: 213 216 113  
Fax: 213 216 180

**Revisão:**  
António Costa

**Grafismo:**  
Ricardo Nogueira

**Execução Gráfica:**  
Xis e Ére, Lda.  
xer@netcabo.pt  
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.  
2810-237 Laranjeiro

**Tiragem:** 80.000 exemplares  
**Periodicidade:** Mensal  
**Depósito legal:** 307762/10  
Registado na ERC: 125 852

## sumário

entrevista | **Carlos Marques**

"É preciso consolidar a imagem da Febase" **4**  
"A negociação coletiva deve ser alargada aos representantes sindicais nas empresas" **8**  
"O movimento sindical continua a não discutir o seu modelo" **9**  
"Era essencial negociar um novo CCT nos Seguros" **10**

**CONTRATAÇÃO** | Banca  
Solução para o IFAP poderá passar por AE **11**  
Santander vai pagar 14.º mês aos reformados em moldes diferentes **11**

**CONTRATAÇÃO** | Seguros  
Esmagadora maioria dos trabalhadores de seguros passou a ter um novo CCT **12**

**SINDICAL** | Atualidade



Desfile na Avenida da Liberdade pelo emprego e justiça social **13**  
Sindicatos celebram Dia Internacional da Mulher **14**

**JURÍDICAS** | Questões  
Subsídio de desemprego na cessação do contrato por mútuo acordo **17**

**TEMPOS LIVRES** | Nacional  
Antigos trabalhadores bancários vão juntar-se em almoços de confraternização **18**



20

| Bancários Norte



23

| Bancários Centro



26

| STAS Actividade Seguradora



29

| Bancários Sul e Ilhas



Texto: **PEREIRA GOMES**

## O BPN, o BIC e a banca

No dia em que escrevo este editorial, apenas alguns dias são transcorridos sobre a data em que o BIC finalmente após a sua assinatura para a compra do BPN.

O processo foi, como se sabe, longo. Excessivamente longo – diria, talvez com mais propriedade. Porque o protelamento de uma solução para este problema que se arrastava há tanto tempo não foi favorável a ninguém nem mesmo à instituição compradora.

Senão, vejamos: os trabalhadores bancários do BPN viam crescer, dia após dia, as suas dúvidas e as suas angústias quanto ao futuro que os esperaria, com repercussões tantas vezes dramáticas sobre a vida familiar; a marca da instituição degradou-se ainda mais, levando muitos clientes a procurar alternativas para os seus depósitos; deixou-se haver uma estratégia consolidada, sendo substituída por decisões ziguezagueantes, ao sabor dos mais diversos condicionalismos.

Todavia, no que aos colaboradores do BPN mais diretamente diz respeito, é minha convicção de que os problemas não acabaram aqui. Ao contrário, começam agora outros, que passam, por exemplo, pela questão do emprego, abrindo-se assim uma outra fonte de ansiedade incontrollada, por parte dos trabalhadores. Quantos efetivos serão de facto dispensados? E quem serão? Porque, na prática, todos sentem o cutelo em cima do pescoço, porque não sabem nem podem determinar quais os critérios – por muito objetivos que sejam – que levarão os novos detentores a prescindir de postos de trabalho.

Uma coisa é certa: os sindicatos bancários integrantes da Febase – do Norte, do Centro e do Sul e Ilhas – continuam a acompanhar, com a máxima atenção, o evoluir dos acontecimentos, para minorar os efeitos perniciosos que possam advir sobre os nossos associados. E são precisamente estas estruturas representativas que podem garantir aos bancários do BPN a sua firme determinação de tudo

fazerem, no sentido de que todo este pesadelo não venha agora a ganhar novos contornos de dramaticidade. De resto, foi a atitude de permanente abertura para o diálogo, sempre manifestada por estes sindicatos, que impediu que a transferência da titularidade do capital social do banco não revestisse aspetos ainda mais gravosos.

Mas a semana em que escrevo este texto foi também rica numa série de acontecimentos.

Pelo lado negativo, destaco a previsão de o número de desempregados poder voltar a subir, acrescido agora de mais 200 mil postos de trabalho que serão extintos.

Pela positiva – e pelos efeitos moralizadores que revestem – destaco três medidas: a que impede os gestores das empresas públicas de auferirem remunerações superiores à do primeiro-ministro, uma fiscalização rigorosa sobre os beneficiários do rendimento social de inserção (pondo termo a situações fraudulentas que se vinham verificando), bem como, finalmente, o Governo dá passos decisivos para desbloquear a contratação coletiva, definindo os critérios que vão presidir à publicação das portarias de extensão, instrumentos fundamentais e de grande alcance social, que permitem alargar a todos os trabalhadores os benefícios que constam dos acordos de trabalho de cada setor.

Na banca, onde há algumas instituições que recusam negociar com os sindicatos acordos de trabalho, esperamos que estes instrumentos venham a pôr cobro a esta recusa e que todos os trabalhadores fiquem abrangidos pela negociação coletiva.

A terminar, não posso deixar de prevenir para a possibilidade de 2012 voltar a ser um ano de conflitualidade no setor bancário, conflitualidade essa que os sindicatos da Febase não desejam mas a que não deixarão de corresponder, com a firmeza das suas ações, se esgotada for a flexibilidade para o diálogo, como é seu timbre preferencial. ■

Uma coisa é certa: os sindicatos bancários integrantes da Febase – do Norte, do Centro e do Sul e Ilhas – continuam a acompanhar, com a máxima atenção, o evoluir dos acontecimentos, para minorar os efeitos perniciosos que possam advir sobre os nossos associados



# "É preciso consolidar a imagem da Febase"

## CARLOS MARQUES

Assumi a direção da Febase num dos períodos mais difíceis para os sindicatos do setor financeiro e no momento em que passa o testemunho como secretário-geral reconhece que muito está ainda por fazer para implementar a Federação junto dos trabalhadores. Com algum ceticismo e muito pragmatismo defende que sem alterações profundas no atual modelo o movimento sindical pode estar condenado. As eleições no STAS são a sua próxima batalha

**Revista Febase** – Que balanço faz do seu primeiro mandato como secretário-geral da Febase?

**Carlos Marques** – É positivo, embora considere que a figura de secretário-geral precisa de ser trabalhada.

**P** – O que lhe falta, essencialmente?

**R** – Se se pretender que a função do secretário-geral tenha maior amplitude e vá além da coordenação dos trabalhos, uma das coisas que provavelmente terá de mudar é a duração do mandato. Isso permitirá levar a cabo um conjunto de projetos que estavam consubstanciados na criação da Febase.

**P** – Há falta de protagonismo ou de possibilidade de ação no atual modelo?

**R** – Não se trata de imagem mas da possibilidade de fazer coisas. Um ano é muito pouco para se poder executar as mudanças que a Febase precisa e precisará no futuro. Certamente por isso re-

fugiamo-nos na marcação e controlo das reuniões e muito menos naquilo que estruturalmente deveria ser feito: projetar a Febase para uma dimensão ainda não alcançada. Se pensarmos no secretário-geral como alguém que vai ajudar a construir uma Febase mais forte e pôr em prática projetos que fazem parte da constituição da Federação, então teremos de rever o período temporal do mandato.

**P** – Quando fala em projetos que estão na constituição da Febase e ainda não foram postos em prática refere-se a quais, concretamente?

**R** – Um exemplo simples mas de extrema importância: a criação de um gabinete de estudos. É uma peça fundamental para sabermos o que são os setores bancário e segurador, qual a composição dos trabalhadores, como devemos agir no interior de cada um deles, qual o papel dos sindicatos... Há uns meses tentei

encontrar uma plataforma para avançar, mas não tive as respostas que pretendi.

**P** – Falta uma base teórica para acompanhar o trabalho sindical?

**R** – Falta uma base teórica fundamental ao trabalho prático. Para percebermos a natureza das relações de trabalho precisamos de ter um conhecimento maior do que é a realidade. Espero que agora, com as alterações a decorrer no modelo de organização da Febase, o gabinete de estudos possa ser criado. Essa era uma iniciativa a que me tinha proposto no início do mandato e não consegui realizar.

**P** – Está a ser feito um debate interno para uma alteração do modelo de organização da Febase?

**R** – Está, e essa é uma das coisas positivas do meu mandato. O facto de ser oriundo de um sindicato mais pequeno permitiu a introdução de algumas questões. A sindicalização é uma delas, e

certamente a curto prazo haverá soluções para o tratamento deste problema de uma forma diferente da atual.

### Desenvolver a sindicalização

**P** – É possível desenvolver a sindicalização ao nível da Febase e não dos sindicatos?

**R** – É essencial que se faça. A Febase pode desempenhar um papel importante, constituindo equipas de sindicalização transversais, que trabalhem no terreno a favor dos sindicatos, de acordo com as regiões onde estão implantadas. Mas isso

A Febase pode desempenhar um papel importante, constituindo equipas de sindicalização transversais, que trabalhem no terreno a favor dos sindicatos

exige uma discussão grande no interior do setor bancário, onde há um conjunto de barreiras a ser quebrado, como a regional – o que nos remete sempre para a questão de um sindicato nacional.

**P** – Refere-se ao modelo alemão?

**R** – Essa pode ser uma prática, mas certamente haverá outras. Ao longo dos anos muita coisa foi feita noutros países e podemos sempre adaptar à nossa realidade o que de melhor existe.

**P** – A sindicalização é a única área a necessitar de atuação?

**R** – Não, mas é uma das mais importantes. Outra é a organização interna da Febase. Este mandato (e o tempo, coincidentemente) permitiu-nos fazer uma discussão sobre o modelo de organização inicial. Calçámos um sapato maior que o pé – quisemos ser mais ousados do que as possibilidades e não resultou, por diversos motivos, todos eles associados à forma como cada uma das gerações dos membros das direções trata o tema. As conclusões do Secretariado vão no sentido de mudar o modelo: os pelouros inicialmente constituídos terminam, com exceção do da contratação e do administrativo-financeiro. Vamos avançar de uma forma diferente, associada a projetos.

**P** – Avançar recuando?

**R** – Não, não é isso. O Secretariado decidiu avançar de forma diferente, de acordo com o que nos mostrou a prática. Ou seja, sempre que fizemos projetos transversais aos sindicatos mas fora da estrutura, eles resultaram; quando tentámos fazer coisas assentes nos pelouros, não resultaram. Por isso vamos relançar a Federação de uma forma diferente, de forma a tentar ultrapassar uma das suas maiores fragilidades: não ter conseguido dar resposta a muitas das questões e expectativas dos trabalhadores, quer de um setor, quer do outro. A Febase, como a maior e mais importante federação do País, deveria ter sido mais ousada, marcar mais a diferença. Muitas das expectativas que colocámos na Febase ainda não se concretizaram. Fazê-lo passa pela partilha, não é possível estar na Federação se entre os sindicatos filiados não houver partilha daquilo que é comum, a todos os níveis. Cito como único bom exemplo o caso da revista, em que a Febase tem funcionado e todos os sindicatos têm alguma coisa a ganhar.

### Mostrar a importância da Federação

**P** – Os sindicatos não sabem funcionar em conjunto?



Não comunicámos suficientemente a importância da Febase aos trabalhadores dos seguros e da banca

► R – Os sindicatos organizam bem a sua atividade, mas quando se dá o passo seguinte as coisas estão ainda muito "agarradas". Por isso vamos experimentar outro método: já não é o pelouro de um sindicato que fica responsável por um projeto, mas um membro do Secretariado da Febase, acompanhado por pessoas de cada um dos outros sindicatos. Vamos ver se assim conseguimos dar no exterior uma imagem da importância da Federação. No setor dos seguros, por exemplo, ainda não consegui passar aos trabalhadores a importância de pertencermos à Federação.

P – A Febase ainda não adquiriu uma imagem pública?

R – Não tenho dúvida em dizer que não. Há episódios em que isso aconteceu, mas no geral a passagem dessa imagem para o exterior e, sobretudo, para os trabalhadores dos dois setores, ainda não foi conseguida.

P – Isso poderá ser um reflexo da falta de tradição de federações no seio da UGT?

R – Não me parece que seja por isso, embora essa tradição seja escassa. O problema é que não comunicámos suficientemente a importância da Febase aos trabalhadores dos seguros e da banca – e eles não a reconhecem, porque não a sentem.

P – Essa falha de comunicação poder-se-á dever a uma descrença dos próprios dirigentes?

R – Claro que sim, deve-se à forma como vivemos as coisas. Julgo que cada um de nós, quando se entrega a um projeto destes, tem de se despir e, depois, voltar a vestir a nova roupagem. E isso ainda não aconteceu, continuamos muito agarrados à nossa casa, à nossa origem. E por isso podemos concluir que demos um passo demasiado grande, não na constituição da Febase – isso não está em causa –, mas no modelo de organização. Deveríamos ter começado de uma forma menos extensa e só depois de consolidada essa fase passarmos às restantes. Este é um tempo complexo e se não conseguirmos mudar as mentalidades dos atuais dirigentes sindicais e encontrarmos novos, o futuro não será muito cor-de-rosa para os sindicatos, nomeadamente para este modelo. Os trabalha-



Primeiro Conselho Geral da Febase em 17 de maio de 2008

dores certamente terão capacidade para criar outras formas de organização.

**Lembrar a existência dos seguros**

P – Foi difícil dirigir uma Federação em que há uma predominância de sindicatos e de associados da banca?

R – Não foi fácil. Não pelas pessoas, que têm sido excelentes, mas pela necessidade de lembrar a existência dos seguros. Há efeitos práticos quando se omite os seguros, e por diversas vezes tivemos de resolver problemas criados por essa omissão, obviamente não propositada.

P – Quando é que isso aconteceu?

R – Recordo concretamente as situações relacionadas com a CGD e a comunicação sobre o que se passava. Ao esquecerem-se da área seguradora – cerca de 30% da área seguradora faz parte do grupo CGD – criaram-se problemas que tivemos de tentar superar, e alguns, se calhar, não foram completamente superados. Os trabalhadores diziam-nos que a Febase só falava dos problemas da banca, quando os seguros também os tinham. Penso que há um esforço grande dos colegas dos sindicatos dos bancários para superar isso, mas às vezes ainda há pequenos deslizos. É preciso consolidar a imagem da Febase, e os sindicatos vão ter de fazê-lo de uma forma bastante

intensa, porque se não o fizerem a bem terão de fazê-lo a mal, o que é muito mais complicado e sinal de que as coisas chegaram a um ponto mais grave.

**Situação ainda vai piorar**

P – O seu mandato coincidiu com um período particularmente conturbado a nível social, com a crise económica, o aumento do desemprego, as consequências do compromisso com a troika. De que forma esse contexto influenciou a atuação da Federação?

R – Influenciou muito. O nosso foi um verão quente, em que coincidiram as situações relacionadas com o BPN, o anúncio da transferência para o Estado dos fundos de pensões da banca, os efeitos (visíveis e invisíveis) da negociação com a troika, com consequências imediatas no setor financeiro. Os setores bancário e segurador estão muito expostos à gravidade da crise, cujos efeitos são pesados e têm influência no nosso dia-a-dia: na negociação coletiva, nas tabelas salariais, no nível do emprego. Vemos ameaças de despedimentos coletivos, o que era impensável há uns anos.

Quem me substituir como secretário-geral da Febase continuará a ter em mãos uma "batata quente" muito grande, pois estou convencido que nos próximos tempos as consequências desta situação terão

um impacto ainda maior no setor bancário. Os trabalhadores vão sofrer as consequências através de despedimentos ditos "amigáveis" (mas com coação e assédio) e do encerramento puro e simples de dependências e balcões. O setor segurador sofrerá algum impacto, mas não tanto porque algumas medidas já vinham detrás e criaram uma dinâmica própria.

P – Considera que a Febase está preparada para responder a esse novo paradigma? Os sindicatos dos seguros e da banca não estavam habituados a este contexto, não só económico como no âmbito das relações laborais... Há uma estratégia definida?

R – Vou acreditar que sim. O nosso grande drama é não conhecermos a extensão do dano. Se conhecêssemos poderíamos perceber como controlá-lo.

P – Mas há uma estratégia?

R – Há, claramente. Esse é um tema que está sempre presente, com algumas medidas alternativas. E neste período houve algumas respostas eficazes às ameaças. Recordo, por exemplo, a resposta dada pelo Sindicato dos Bancários do Norte à transferência compulsiva de trabalhadores do ex-Finibanco do Porto para Lisboa.

Temos de estar atentos aos indicadores que nos permitem perceber por onde devemos ir. Se nada de anormal suceder,

diria que estamos em condições de controlar a situação. Caso contrário – refiro-me a uma rutura mais grave no tecido bancário e segurador –, as coisas adquiririam outra dimensão e teríamos de perceber se temos ou não uma resposta eficaz. Mas por aquilo que se conhece de outros



Os setores bancário e segurador estão muito expostos à gravidade da crise, cujos efeitos são pesados e têm influência no nosso dia-a-dia: na negociação coletiva, nas tabelas salariais, no nível do emprego

loais onde os sindicatos têm um peso diferente do nosso, temo que uma situação dessas ultrapasse completamente as nossas capacidades.

P – Mas estamos a falar de um setor onde o nível de sindicalização é muito superior à média do País...

R – Sim, nomeadamente no setor bancário. No setor segurador é ainda superior à média do País, mas a tendência natural será de uniformização com a média nacional. O setor bancário também irá passar por isso, ao longo dos últimos anos tem vindo gradualmente a perder associados, é um fenómeno transversal à sociedade portuguesa e ao mundo. No caso nacional há uma explicação particular: partimos de uma base de 100 (devido à sindicalização obrigatória antes do 25 de abril), por isso temos vindo a assistir a uma perda. Mas estes fenómenos têm alguns aspetos preocupantes e um deles é o facto de numa altura em que seria natural os trabalhadores ligarem-se aos sindicatos assistirmos ao fenómeno contrário. Quando recai sobre os trabalhadores o peso do pagamento da crise, a reação devia ser no sentido de solidariamente darem as mãos para defenderem os seus direitos – neste modelo de sindicato ou noutro, já não discuto isso –, mas prolifera o culto do individualismo. Isso não ajuda os sindicatos. ■



## "A negociação coletiva deve ser alargada aos representantes sindicais nas empresas"



**P** – As alterações ao Código do Trabalho poderão dificultar a ação da Febase, que pauta a sua atuação pelo diálogo e aposta na negociação coletiva?

**R** – O novo Código do Trabalho, com as suas orientações neoliberais, facilitará o papel às entidades patronais e dificultará a vida aos trabalhadores. Mas mesmo sem isso estamos a assistir a um certo esvaziamento do poder da negociação coletiva, mais que não seja pela diminuição do número de trabalhadores atualmente abrangidos. É evidente que com a ajuda legislativa as entidades patronais podem assumir com maior facilidade um papel mais vingativo, digamos assim.

**P** – No atual contexto que espaço sobra à negociação coletiva?

**R** – Essa é uma discussão interna que tem de ser feita, nomeadamente no setor bancário, já que no setor segurador foi publicado um novo CCT há três meses, ao fim de quase 30 anos sem negociação profunda. No caso concreto do setor bancário, o secretário-geral da UGT tem colocado o desafio de repensar o modelo da negociação coletiva, de forma a envolver mais diretamente as representações sindicais que os três sindicatos têm no interior de cada banco. Ou seja, deixar de haver uma centralização tão grande e a negociação coletiva assentar mais no papel de cada uma dessas estruturas sindicais.

**P** – Isso significa uma aposta maior em acordos de empresa?

**R** – Não, não tem de ser obrigatoriamente isso. Pode continuar a haver uma negociação coletiva global, que abarca as regras principais, e depois uma adap-

tação à realidade da empresa, banco a banco ou seguradora a seguradora. Isto é, a negociação coletiva rege globalmente princípios fundamentais e as especificidades são tratadas empresa a empresa. Mas pode também continuar o modelo atual, acentuando a participação das estruturas locais. Ou seja, o corpo da negociação deve ser alargado aos representantes sindicais de cada banco.

### Sindicatos dentro das empresas

**P** – Em que se reflete a vantagem desse crescimento da mesa negocial?

**R** – É uma forma de dar resposta à evolução da negociação coletiva. Há um paradigma que está a mudar – por força da legislação, mas também das circunstâncias – e que deverá ter uma resposta diferente. As comissões de trabalhadores podem ser um bom aliado, mas corremos o sério risco de surgirem no interior de algumas empresas, de forma encapotada, falsas comissões de trabalhadores, cujo único objetivo é a negociação coletiva. O movimento sindical, e nomeadamente onde há uma tradição de forte negociação coletiva como é o caso dos bancários, deve estar preparado para esta realidade, podendo fazê-lo pela via habitual ou através de uma negociação global de princípios básicos, e depois, com a representação ativa dos representantes sindicais nas empresas, negociar determinadas matérias que abrangem só os trabalhadores dessa empresa.

Este modelo tem vantagens do ponto de vista da negociação e do ponto de vista sindical: fazer voltar o sindicalismo para o interior da empresa.

**P** – E por que é que os sindicatos saíram das empresas?

**R** – Isso levava-nos muito longe... Não tenho uma análise sociológica completa para este fenómeno, que cruza diversas coisas. Após o 25 de abril, o movimento sindical assentava muito em setores nacionalizados, portanto a atividade sindical era mais fácil de exercer. Com o aparecimento de empresas privadas, as questões sindicais começaram a ser mais difíceis, as regras do jogo foram alteradas: os ritmos de trabalho, os prémios de produtividade, a assiduidade... A mudança organizacional do trabalho ocorrida com a passagem de uma parte significativa do tecido empresarial português para as mãos dos privados nunca teve nos sindicatos da altura uma resposta adequada – e não me refiro à resposta da CGTP, de ser contra as privatizações. O que me preocupa é não termos percebido que a mudança de patrão (chamemos-lhe assim) ia criar uma nova realidade aos trabalhadores e afastá-los dos sindicatos. Esta alteração do mercado de trabalho, da vida do trabalhador no interior da empresa, a nova relação laboral... Tudo isto levou os trabalhadores a pensarem: "Não posso, não quero fazer isto." Depois veio o fenómeno do medo. Eu, que vivi o outro medo – fiz a minha carreira na empresa, só há três anos estou a tempo inteiro no sindicato –, tenho alguma dificuldade em perceber este medo de fazer sindicalismo. Se as pessoas não são suficientemente fortes para fazerem valer os seus direitos...

É preciso que se faça trabalho sindical na empresa, porque sem isso não há associados, nem direção, nem sindicato. Esse fosso criado ao longo dos tempos provocou um afastamento grande, que tem de ser recuperado. Uma das formas é fazer participar mais os trabalhadores na negociação coletiva, sentindo mais diretamente os seus efeitos. A mudança tem de ser rápida, o modelo de negociação ser mais participativo e incidir sobre a realidade de cada empresa – banco ou seguradora. Se isso acontecer, julgo que teremos capacidade para resistir às mudanças legislativas. Se não acontecer poderemos estar, de facto, na antecâmara do aparecimento de pretensas comissões de trabalhadores criadas pelo patronato. Esta questão é essencial no setor bancário. ■



## "O movimento sindical continua a não discutir o seu modelo"

**P** – Nas suas reflexões, nomeadamente nos editoriais da revista Febase, denota uma certa crítica ao movimento sindical. A que se deve esse ceticismo?

**R** – Sempre me preocupou o caminho que as coisas estavam a tomar, e acima de tudo a perceção de que perdemos muito tempo e isso pode ser fatal. Se continuarmos a perder tempo vamos chegar a um momento em que não há solução: os trabalhadores organizar-se-ão de forma diferente e mais uns sindicatos desaparecerão. Portanto, este meu ceticismo decorre de sentir que o tempo não joga a nosso favor e que muitas vezes esquecemo-nos de discutir e pensar o que acontece na nossa própria casa. O movimento sindical continua a não fazer uma grande discussão sobre o seu modelo. No seio da UGT vão discutir-se as federações, e talvez haja "malta" disponível para deixar de ter um cartão-de-visita a dizer que é presidente e passar a vogal, mas tenho muitas dúvidas. Nos anos 80 tive oportunidade de ir a Barcelona assistir à constituição da federação da UGT para a área dos serviços, hoje perfeitamente operacional. Esta federação veio responder a um anseio e sobretudo resolver o problema dos sindicatos, que dificilmente singrariam sozinhos. Nós, 30 anos depois, ainda não estamos aí. Temos algumas estruturas sindicais rigorosamente iguais à que eram antes do 25 de abril, não houve ainda cora-

gem para mudá-las. E acima de tudo preocupa-me não termos gerações para nos substituir.

**P** – A sua posição é pacífica no seio da Federação?

**R** – Exteriorizo lá esta posição.

**P** – E há consenso quanto a essa análise?

**R** – Penso que no seio da Febase é inequívoca a necessidade de discussão.

**P** – Mas a Febase está apta a desenvolver o tipo de sindicalismo que defende?

**R** – Vai ser inevitável. Reconheço que a Febase é um espaço de diálogo bastante aberto, tem havido debates interessantíssimos, como o que está a decorrer sobre o modelo de sindicalização. Há opiniões diferentes, claro, desde os que consideram bem o sistema atual aos que têm outras soluções. Mas as pessoas estão claramente a discutir as questões sem tabus.

**P** – Estão a ser tomadas medidas, nomeadamente no que se refere à prática de um sindicalismo de proximidade?

**R** – Ainda não. Julgo que no caso concreto dos bancários esta discussão ainda não se iniciou. É preciso perceber que não se pretende retirar protagonismo, mas dividi-lo por mais agentes. Ao termos mais agentes de protagonismo será mais fácil chegar aos trabalhadores e envolvê-los no processo de negociação coletiva. ■

### Eleições no STAS



## "Este será o meu último mandato"

**P** – O STAS vai ter eleições muito brevemente. Como encara o ato eleitoral?

**R** – Normalíssimo. Infelizmente não tem havido no sindicato dos seguros algo que os dos bancários têm: uma oposição aguerrida. Porque isso dá força, acho que devemos encarar a oposição e a concorrência entre listas como algo salutar e fundamental. Se não houver um exercício de crítica corremos o risco de pensar que estamos a fazer bem e estarmos a fazer mal. Provavelmente isso não vai acontecer, e é pena. Mas encaro as eleições como um ato normal, e se for eleito este será claramente o meu último mandato. Tentarei passar o testemunho e até lá fazer o melhor possível para ajudar a resolver todos estes problemas a tempo.



## “Era essencial negociar um novo CCT nos Seguros”



O complemento de reforma foi a grande melhoria introduzida neste CCT

**P – Como é que está o setor segurador?**

**R –** Do ponto de vista financeiro, está relativamente estabilizado. É um setor conservador no que diz respeito aos seus investimentos, portanto resistiu razoavelmente bem aos efeitos da crise e, que eu saiba, não há neste momento nenhuma situação grave ou complicada.

**P – A crise não está a afetar o trabalho no setor?**

**R –** É claro que sim. Algumas das seguradoras tinham exposição à dívida grega, por exemplo, e nos seus resultados deste ano vai transparecer essa realidade.

**P – Haverá consequências a nível do emprego?**

**R –** É previsível. O setor começou a recompor-se em 2006, através da redução de efetivos: chegámos a ser cerca de 15 mil trabalhadores, hoje somos 10 mil. Ao longo destes anos houve processos de absorção de empresas, compras, transformações. Desse ponto de vista, acho que está razoavelmente estruturado para aguentar o impacto. Admite-se, a curto prazo, algumas recomposições, como é o caso da parte seguradora da CGD, que será privatizada até ao primeiro semestre de 2013. Teremos de perceber como vai ser feito o negócio.

**P – Receia que possa advir da privatização alguma redução de postos de trabalho?**

**R –** Julgo que esta aquisição vai ser igual às anteriores, isto é, vai acarretar uma redução de efetivos. De um ponto de vista global, têm sido reduções por acordo – através de rescisões amigáveis, pré-reformas, reformas antecipadas –, por isso razoavelmente pacíficas, e espero que

assim seja também desta vez. Mas admito que a médio prazo haja um processo de concentração de empresas, com consequências para os trabalhadores. Por outro lado, este setor tem estado muito sujeito à externalização de funções, tal como a banca. Uma parte do que no passado era o negócio segurador é hoje feito no exterior, por trabalhadores que não têm nenhum vínculo ao setor.

**P – Com reflexos na sindicalização...**

**R –** Reflete-se, claro, estamos num princípio de vasos comunicantes. E temos um efeito que não há no setor bancário, que é o dos reformados. Enquanto no setor bancário os reformados mantêm-se sindicalizados (até devido aos SAMS), no setor segurador isso não acontece. Quando as pessoas saem da vida ativa deixam também o sindicato.

**Cláusulas positivas no novo CCT**

**P – Após 30 anos, o STAS assinou recentemente um novo CCT. Que balanço faz do novo contrato?**

**R –** É um balanço interessante, uma negociação nunca se salda por aquilo que reivindicamos inicialmente. O essencial era negociar, e quando nos colocaram o desafio de ter a negociação concluída até outubro de 2011, assumimo-lo como fundamental, tentando evitar o que de negativo se perspectivava para a negociação coletiva. E mesmo assim não foi possível evitar tudo: estive em cima da mesa, proposto pela associação patronal, um determinado aumento salarial para 2012, retirado na sessão seguinte por pressão dos patrões do setor financeiro devido aos efeitos da crise no setor bancário. Portanto, tivemos o efeito imediato numa coisa que se estivesse já assinada não voltava atrás.

Em 2012 a questão essencial é negociar. Se não negociarem, os sindicatos vão perder balanço. A questão do 'timing' é estratégica, porque a negociação é quase inexistente. Estamos certamente com o menor número de sempre de trabalhadores abrangidos por negociação coletiva e, mais grave, não vai haver recuperação, porque a fragilidade dos sindicatos é maior.

**P – Quais as principais melhorias do CCT?**

**R –** Tínhamos o objetivo de introduzir no CCT algumas questões importantes e conseguimos. Não foi resolvido o problema dos aumentos salariais, infelizmente este é mais um ano sem aumentos. Foi obtida uma compensação extraordinária, um pré-

mio de 55% do salário de um mês como tentativa de minimizar os efeitos desta situação, e esperamos futuramente ter uma tabela salarial condigna. No entanto, foram introduzidas algumas cláusulas e foram melhoradas outras de cariz social, nomeadamente ao nível dos seguros de saúde (foi estendido também ao ambulatório), nas indemnizações em caso de morte e invalidez permanente (não existia); e foi introduzido um conceito interessante de plano individual de reforma, substituindo os anteriores complementos de reforma. Negociou-se que a partir de janeiro deste ano as empresas transferem para os trabalhadores que entraram antes de 1995 o valor que têm no complemento de reforma e criou-se o mesmo mecanismo para os que entraram depois dessa data, que não tinham nada: 1% sobre o salário anual até atingir 3,25% em 2017. Esta foi a grande melhoria introduzida neste CCT. Em contrapartida, tivemos alguns reajustamentos, como o banco de horas, por exemplo.

**Trabalhadores acataram banco de horas**

**P – Como encara o facto de ter celebrado há pouco um CCT já ultrapassado pelas normas imperativas do Código do Trabalho?**

**R –** Não há nenhuma norma imperativa a impor-se ao contrato.

**P – O trabalho suplementar, por exemplo...**

**R –** Tínhamos já encontrado uma solução para o trabalho suplementar: o CCT prevê que as seguradoras paguem uma percentagem a mais sobre o que a lei fixa. Mesmo a questão das férias não se aplica, porque a cláusula não está associada a absentismo ou assiduidade, são simplesmente 25 dias de férias. Além de ser anterior a 2003.

**P – Mas aceitaram o banco de horas por negociação coletiva e o Código prevê a possibilidade de negociação individual...**

**R –** Sim, mas havendo negociação coletiva, ela sobrepõe-se à individual. Introduzimos o banco de horas, mas as pessoas perceberam e aceitaram perfeitamente.

**P – E tem operacionalidade no setor?**

**R –** Tenho muitas dúvidas. Pode acontecer numa situação ocasional, por força de uma campanha com uma duração curta ou um excesso de sinistralidade devido à ocorrência de um fenómeno natural, mas em condições normais é uma cláusula sem grande efeito. ■

## Solução para o IFAP poderá passar por AE

TEXTO: INÊS F. NETO

Projeto de decreto-lei põe em causa o ACT no IFAP. A Febase propõe a negociação de um Acordo de Empresa (AE) que salvguarde matérias como assistência médica, pensões de reforma e crédito à habitação

A Febase reuniu-se dia 10 de abril com a administração do IFAP. Em causa está um projeto de decreto-lei que, a ser publicado, afeta a aplicação do ACT do setor bancário no Instituto.

O projeto de diploma resulta das conclusões de um grupo de trabalho nomeado pelo Governo em fevereiro, com o objetivo de proceder à análise da situação jurídico-laboral do universo de trabalhadores do IFAP, bem como determinar a integração no regime geral da Segurança Social dos trabalhadores abrangidos pelo ACT.

A Febase, por isso, solicitou uma reunião ao secretário de Estado da Agricultura para reclamar a sua participação no grupo. No entanto, tal pretensão não chegou a concretizar-se.

Face ao decreto-lei que poderá pôr em causa o ACT no IFAP, a Febase solicitou também reuniões quer à ministra da Agricultura e ao secretário de Estado da

Administração Pública, quer à administração do Instituto, bem como audiências aos grupos parlamentares e à Comissão do Orçamento e Finanças.

Realizaram-se já encontros com os grupos parlamentares do CDS e do PCP e com a Comissão do Orçamento e Finanças, durante os quais a Febase tentou sensibilizar os seus membros para, no âmbito das suas competências, alertarem o Governo para as consequências gravosas do diploma e, se possível, inviabilizarem a sua publicação nos atuais termos, dadas as ilegalidades que contém.

Nessas reuniões, a Febase chamou a atenção para o facto de o projeto de decreto-lei não respeitar os compromissos do anterior Executivo e da ex-presidente do IFAP, que por escrito assumiram que o ACT do setor bancário manter-se-ia em vigor nas matérias que não ferem a legislação específica aplicável aos trabalhadores com contratos em funções públicas. Tal compromisso tem um prazo de dez anos, contados a partir da última revisão global do ACT – subscrito pelo IFAP –, o que aconteceu em 2009.

**Proposta de AE**

Prosseguindo as suas diligências, a Febase reuniu-se dia 10 com a administração

do IFAP, a quem expôs as suas preocupações e reclamou o cumprimento dos compromissos anteriormente assumidos.

Segundo informou a administração, o grupo de trabalho nomeado pelo Governo, além de um relatório a submeter às tutelas – Secretarias de Estado da Agricultura e da Administração Pública – elaborou também um projeto de "pacote" legislativo para ser implementado no IFAP.

A Febase deixou clara a sua posição: um simples decreto-lei não pode revogar unilateralmente um Acordo Coletivo de Trabalho livremente negociado.

Nesse sentido, a Febase propôs a negociação de um Acordo de Empresa, no qual sejam salvaguardadas algumas matérias como assistência médica, pensões de reforma e crédito à habitação, entre outras. A administração do IFAP comprometeu-se a analisar esta proposta, ficando as partes de voltarem a reunir-se para debater a questão.

A Febase solicitou ainda que lhe seja facultada toda a documentação elaborada pelo grupo de trabalho, de forma a conhecer integralmente o que está em causa e assim poder pronunciar-se com objetividade quando voltar a debater com a administração a situação jurídico-laboral futura dos trabalhadores do IFAP. ■

**Bancários nunca inscritos na Cafab**

## Santander vai pagar 14.º mês aos reformados em moldes diferentes

TEXTO: INÊS F. NETO

O Santander vai pagar aos reformados ainda este mês o correspondente ao 14.º mês, calculado nos termos do ACT mas com base na retribuição anual.

Face ao corte dos 13.º e 14.º meses aos funcionários públicos e aos reformados decidido pelo Governo, os Sindicatos dos Bancários da Febase têm insistido junto dos bancos pelo cumprimento do ACT, o que implica o pagamento daquelas prestações.

Refira-se que em causa está o pagamento dos subsídios aos reformados nunca inscritos na CAFEB, ou seja, aos inscritos no regime geral da Segurança Social antes da celebração do primeiro Acordo Tripartido.

O Santander fez uma interpretação diferente das cláusulas do ACT referentes à retribuição dos reformados, pelo que irá

proceder ao seu pagamento em moldes distintos.

Decorre do ACT, nomeadamente do n.º 5 da cláusula 92.ª, que um trabalhador inscrito na Segurança Social não pode auferir uma retribuição mínima mensal líquida inferior à dos demais trabalhadores.

Tendo por base este princípio, o Santander considera que os reformados e pensionistas não deverão, por força do pagamento do banco, auferir uma retribuição anual superior.

Assim, e de acordo com a sua interpretação deste regime, o banco deliberou a aplicação de uma fórmula em que são considerados os valores anuais da pensão a que o reformado ou pensionista tem direito ao abrigo da Segurança Social. Ou seja, utiliza o valor correspondente a 12 meses de pensão paga pela Segurança Social, tendo como contrapartida o valor

correspondente a 14 meses de pensão a que o indivíduo teria direito por força do ACT. O banco assume o pagamento da diferença entre esses dois valores, se a ele houver direito.

Entretanto, deu entrada no Tribunal de Trabalho de Lisboa uma petição interpretativa das cláusulas do ACT referentes a esta matéria, na qual o Santander constitui como réus as restantes instituições de crédito subscritoras do ACT do setor bancário e os respetivos sindicatos, nomeadamente a Febase.

A Febase irá contestar a posição do Santander em sede própria, e defender que todos os reformados e pensionistas do setor bancário têm direito aos 13.º e 14.º meses nos termos do ACT, exigindo assim o seu cumprimento integral, nomeadamente o disposto nas cláusulas 136.ª e 137.ª e nos Anexos V e VI do Acordo. ■

# Esmagadora maioria dos trabalhadores de seguros passou a ter um novo CCT

Inviabilizando em toda a linha a estratégia do sindicato afeto à CGTP, de ter no setor de seguros um laboratório de ensaios para as suas políticas de seguidismo cego e surdo aos verdadeiros interesses dos trabalhadores, como a recente e frustrada greve dita geral mostrou à saciedade

Texto: CARLOS MARQUES

De facto, ao não assinar um contrato de trabalho moderno, desempoeirado e que, mesmo numa altura de crise, conseguiu plasmar um conjunto de cláusulas de importância fundamental para os trabalhadores de seguros, tentou o sindicato afeto à CGTP, por todos os meios, nomeadamente pela utilização da mentira e da intoxicação, que os trabalhadores não filiados nos sindicatos subscritores não aderissem ao novo CCT.

A resposta dos trabalhadores nele sindicalizados e ainda daqueles que não estão sindicalizados foi esmagadora. Aderiram ao novo acordo, solicitando às empresas de seguros que os incluíssem nas contrapartidas financeiras que até ao final do mês de abril serão pagas, bem como ao novo plano individual de reforma que, desde janeiro, abrange os trabalhadores de seguros.

Caiu assim por terra, como era de resto expetável desde o início, uma opção completamente enviesada que somente comprova o desconhecimento completo do meio em que se encontram e como o seguidismo político-ideológico pode, como foi o caso, ser um fator de desestabilização e cegueira.

Estamos certos que até ao final do mês de abril, ainda assistiremos a no-

Cláusula	Sócios do STAS	Sócios do SINAPSA
PIR- Trabalhadores entrados antes de 22 de Junho 1995 (1)	✓	✗
PIR- Trabalhadores entrados depois de 22 de Junho 1995 (2)	✓	✗
Compensação extraordinária – 55% ordenado base	✓	✗
Atualização fator A para o cálculo das pensões de reforma em 1%	✓	✗
Seguro de vida c/ cobertura de invalidez €100.000 por A.T. €75.000 acidente €50.000 noutros casos	✓	✗
Check Up – novos exames anuais rastreio auditivo e visual	✓	✗
Seguro de saúde, Internamento €25.000 Ambulatório €1.000	✓	✗
Avaliação profissional obrigatória	✓	✗
Prémios de permanência, 50% sobre o ordenado efetivo a partir de 2013 (3)	✓	✗
Promoções e progressões salariais	✓	✗
Manutenção do prémio de antiguidade até 31 de Dezembro de 2013	✓	Até 29 /08/2013 – Versão SINAPSA
Manutenção das anteriores promoções obrigatórias até 31 de Dezembro de 2013	✓	Até 29 /08/2013 – Versão SINAPSA

vas adesões ao contrato subscrito pelo STAS e pelo SISEP, ficando somente de fora escassas dezenas de trabalhadores que, por ideologia ou desconheci-

mento, ainda não abriram os olhos à realidade.

Para esses relembramos o nosso ELO de 27 de janeiro. ■

1.º de maio

## Desfile na Avenida da Liberdade pelo emprego e justiça social

A UGT volta a escolher a Avenida da Liberdade para as comemorações do 1.º de maio. A central sindical reivindica "crescimento e emprego" e "justiça social"

Texto: INÊS F. NETO

Reconhecendo que o Dia do Trabalhador deste ano ocorre num momento "particularmente difícil", a UGT não abdica de lutar pelo emprego, defender a negociação coletiva, combater a desregulação social e exigir o aumento de salários e pensões.

Estas reivindicações serão expressas durante a manifestação do 1.º de maio em Lisboa, que terá início pelas 14h30 no Marquês de Pombal, e descerá a Avenida da Liberdade até aos Restauradores, onde terão lugar os discursos dos líderes da central sindical.

"Com os sindicatos e a luta de trabalhadores e pensionistas, numa atitude responsável de defesa dos direitos e do emprego, saberemos vencer a crise", afirma a central.

Consciente de que "só com crescimento e emprego é possível reduzir o défice das contas públicas e o desequilíbrio financeiro", a UGT exige "emprego para todos, particularmente para os jovens", invertendo assim o crescimento "insustentável do desemprego".

UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

UGT

PORTUGAL

10

2012

DIA DO TRABALHADOR

MAIO

CRESCIMENTO E EMPREGO

JUSTIÇA SOCIAL

MANIFESTAÇÃO EM LISBOA - 14H30

MARQUÊS DE POMBAL → RESTAURADORES

Assumindo que pratica um "sindicalismo responsável", a UGT explica que foi "em defesa dos valores por que lutamos" que tem "feito acordos e greves com todos os governos eleitos democraticamente".

Nesse sentido, defende a negociação coletiva "na luta por melhores salários

e pensões e no combate às desigualdades".

A central sindical considera que existem condições para aumentar o salário mínimo e as pensões mais baixas e exige medidas de combate à pobreza e à exclusão. ■



Sindicatos celebram Dia Internacional da Mulher

# A lutar (ainda) pela igualdade

Muitas conquistas foram alcançadas em matéria de igualdade de género, especialmente no domínio laboral, onde os sindicatos têm tido um papel fundamental. Mas Portugal está ainda longe de uma total paridade

Texto: **INÊS F. NETO**

O Dia Internacional da Mulher é, cada vez mais, uma data de celebração, longe já das difíceis lutas que estiveram na sua origem no princípio do século passado.

No entanto, e apesar da igualdade conferida pela lei, subsistem muitas situa-

ções em que as mulheres continuam nos "degraus" inferiores da escala. Os exemplos são vários, infelizmente, e aparecem preto no branco na frieza das estatísticas. Num País cada vez mais seduzido pela beleza dos números e anestesiado quanto à realidade social por trás de cada algarismo, é importante lembrar que, segundo os dados do INE, em 2011 as mulheres portuguesas apresentavam taxas de atividade e de emprego mais baixas (48,0%, contra 53,5% da população total), e de desemprego mais elevadas (13,1% contra 12,7% da população total), sendo também a maioria em situação de desemprego de longa duração.

Também elas representavam 51,2% dos beneficiários de prestações de desemprego e 52,6% do total de beneficiá-

rios do rendimento social de inserção. De igual modo, o valor médio do subsídio de prestações de desemprego auferido pelas mulheres foi inferior à média, reflexo da desigualdade salarial entre sexos verificada em Portugal.

Já no que diz respeito às remunerações, as mulheres portuguesas auferem, em média, salários 17,5% inferiores aos dos homens. Este dado é em grande medida indicador da segregação do mercado de trabalho português e das dificuldades de acesso às posições mais elevadas nas diferentes hierarquias profissionais por parte das mulheres.

Acrescente-se apenas mais um exemplo: nas empresas portuguesas cotadas em bolsa, por cada 100 administradores homens há apenas seis mulheres.

## Comemorar conquistas no Jardim da Paz

O GRAM do SBSI cumpriu o imperativo de manter a memória viva e os espíritos alerta – lembrando o muito que já foi conquistado e o que ainda é preciso fazer, quotidianamente. E para comemorar tantos anos de luta em prol da igualdade de género foi eleito um local de paz: o Buddha Eden

Texto: **INÊS F. NETO**

O Grupo de Ação de Mulheres do SBSI levou novamente a efeito a comemoração do Dia Internacional da Mulher, "prolongando" o calendário de forma a aproveitar o sábado.

Mais uma vez muitos foram os que responderam ao convite do GRAM: seis autocarros repletos de homens, mulheres e algumas crianças, num total de três centenas de pessoas, partiram de Lisboa rumo ao Buddha Eden, no Bombarral.

A escolha do local não poderia ter sido mais feliz: o Jardim da Paz acolheu a iniciativa do SBSI dedicada a homenagear todos os que, no passado ou no presente, dedicaram as suas vidas a lutar por sociedades mais justas, mais igualitárias e solidárias. Quase se poderia dizer que se tratou de umas horas para o "descanso

dos guerreiros" do presente, dos homens e mulheres que no Sindicato ou nos locais de trabalho não baixam os braços para que a igualdade de género seja uma realidade no setor.

Porque se muitas alterações se verificaram, muito resta ainda por fazer, em Portugal e no mundo, em prol da igualdade.

### Entre budas e guerreiros

Como é já tradição, o programa aliou cultura, diversão, convívio e reflexão.

A manhã teve um indiscutível interesse cultural e histórico, tendo sido preenchida com a visita ao Buddha Eden, o jardim da paz concebido por Joe Berardo em resposta à destruição, em 2001, dos Budas de Bamiyan, no Afeganistão, pelo governo talibã.

Localizado na Quinta dos Loridos, no Bombarral, o Jardim da Paz é um local propício ao descanso e à reflexão, tirando partido da beleza da paisagem: entre a vegetação encontram-se dispostos budas, lanternas e estátuas de terracota, entre as quais uma interessante réplica de alguns dos guerreiros de Xian, a famosa coleção de oito mil figuras de guerreiros e cavalos em terracota de tamanho natural, descoberta soterrada em 1974, próximo do mausoléu do primeiro imperador da China.

Cumprida a vertente cultural do programa, foi tempo de sentar à mesa numa quinta da Estremadura, dando início à tarde de convívio e reflexão.

Paula Viseu, coordenadora, começou por apresentar os outros dois elementos da equipa que dirige o GRAM durante este mandato: Teresa Pereira e Teresa Lourenço. Coadjuvadas por outras dirigentes do Sindicato e por algumas sócias, as três responsáveis fizeram as "honras da casa", nomeadamente durante o sorteio de prémios, sempre um momento alto do dia, quando são distribuídos pelos associados presentes obras executadas por monitores dos cursos de valorização artística do GRAM e alguns fins de semana em Ferreira do Zêzere ou nos apartamentos do Sindicato no Algarve.

### "Sempre mais mulheres"

Os Corpos Gerentes do SBSI estiveram representados por vários dirigentes, nomeadamente pelos presidente e vice-presidente da Direção.

Rui Riso lembrou o número cada vez maior de mulheres no setor, situação que contrasta com a realidade vivida aquando da privatização da banca, nomeadamente no BCP. "Só com a vossa luta, em conjunto com o Sindicato, foi possível

No entanto, os números têm um reverso. No que diz respeito à educação, registou-se nos últimos anos um profundo salto qualitativo: as mulheres estão em maioria entre os alunos inscritos no secundário e no ensino superior. Também o número de mulheres que conclui o ensino superior é significativamente superior ao dos homens em todos os grupos etários: 60,1% em 2009/2010, segundo o INE.

A representação feminina no conjunto dos doutoramentos realizados em Portugal vem aumentando desde 2001 – tendo mais do que duplicado: mais 100,5% em 2009, ano em que se registaram 1.569 doutoramentos, dos quais 810 foram protagonizados por mulheres.

No setor financeiro a paridade de género não foi ainda alcançada mas este será, porventura, um dos setores onde mais passos terão sido dados nesse sentido e onde a proximidade é maior.

Uma análise de carácter sociológico revela que é nos seguros que a percentagem de mulheres é mais elevada. Embora não sendo ainda atingida a paridade, há pelo menos uma maior aproximação entre géneros: 47,2% dos efetivos são do sexo feminino.

Na banca mantém-se a prevalência do género masculino, apesar de se verificar uma progressiva tendência de aproximação entre o número de homens e de mulheres. Em 2010, os homens representavam 53,8% do total – contra 54,5% em 2008. ■



alterar essa situação – e hoje vocês são cada vez mais", frisou o presidente da Direção ao dirigir-se às mulheres presentes.

Criticando o preconceito que durante anos contribuiu para afastar as mulheres das atividades cívicas, Rui Riso congratulou-se com a participação empenhada das bancárias na vida do SBSI. "Queremos cada vez mais mulheres a participar, estejam no ativo ou reformadas. Estamos cá para vos receber e o Sindicato está sempre aberto às vossas iniciativas", exortou.

Lembrando que os lugares se conquistam e a afirmação feminina está em crescendo, Rui Riso terminou com um desafio: "Gostava que daqui a 10 anos fossem os homens a lutar pelas suas quotas: no Parlamento, nas câmaras municipais, nos sindicatos."

Horácio Oliveira, por sua vez, enalteceu o SBSI e as suas organizações, designadamente o GRAM, pelas iniciativas que leva a efeito e que conduzem ao convívio entre colegas. "Estamos no maior Sindicato do País, o que prova as centenas de participantes", frisou.

O vice-presidente da Direção lembrou ainda que esta comemoração tem todo o cabimento, porque a mulher continua a ser o elo mais fraco nas relações laborais. "Os empregadores continuam a desprezar o tempo de lazer, o tempo para a família e o tempo para o social, sabendo-se, como se sabe, que a mulher tem um papel preponderante na vida familiar, após ter dedicado 'horas a fio' à sua atividade profissional", adiantou.

Paula Viseu retomou o tema, recordando as conquistas alcançadas mas aler-

## "Lotação esgotada" no SBN

Texto: **FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA**



A celebração feita pelo SBN para assinalar o Dia Internacional da Mulher, com uma visita a Monção e ao Palácio da Brejoeira, esgotou a lotação dos 220 lugares disponíveis para aquela deslocação.

Dado o número tão elevado de visitantes, as visitas guiadas ao palácio, à capela, aos jardins e ao teatro daquele complexo só puderam ser efetuadas em grupos de cerca de 25 pessoas.

Depois do almoço num restaurante dos arredores de Monção, foi entregue uma lembrança a cada um dos participantes, tendo-se seguido uma tarde dançante.

O palácio, monumento nacional desde 1910, foi começado a construir em 1806, ficando a obra completa 28 anos mais tarde. Em 1901 beneficiou de grandes obras de restauro, tendo então sido construídos o teatro, a capela, o jardim de inverno, o lago e as grutas, bem como plantado um frondoso bosque. Em 1930 a propriedade é reestruturada e começam a ser plantadas uvas de casta alvarinho, que deram lugar à comercialização do prestigiado vinho Palácio da Brejoeira.

tando para as desigualdades ainda existentes, nomeadamente a diferença remuneratória entre sexos.

"As mulheres trabalham mais horas e acumulam com o trabalho em casa, não remunerado. São penalizadas por ficarem em casa com os filhos, por gozarem a licença parental", frisou, denunciando o facto de os bancos começarem também a penalizar os homens que exercem o mesmo direito conferido pela lei. A coordenadora do GRAM desafiou as mulheres a partilharem a licença parental com os pais, lembrando as vantagens dessa opção na partilha de tarefas e no desenvolvimento das crianças.

"O caminho faz-se caminhando. Um dia comemoraremos este dia sem necessidade de lembrar injustiças", vaticinou Paula Viseu. ■





Concurso FOTO FEBASE 2012  
Fotos apuradas no mês de Fevereiro

Tema:  
**NATUREZA**



"De regresso às origens"  
José Canelas



"Gerês"  
Luís Filipe Monteiro



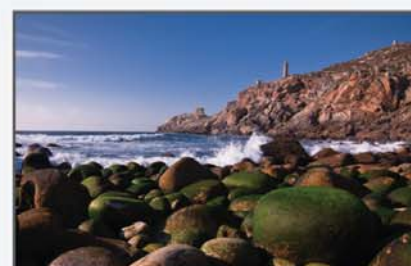
"Carriça"  
Manuel Cardoso



"Cinco estrelas solares"  
Carlos Areosa



"Tonalidades"  
José Canelas



"Sentinela"  
José Pinto



"Ninho"  
José Barreiro



"Aerodinâmica"  
João Sales



"Natureza morta"  
Emanuel Pontes



"Natureza"  
Fátima Fernandes



"Esquilo citadino"  
Orlando Viegas



"Flor do damasqueiro"  
José Barreiro

## Subsídio de desemprego na cessação do contrato por mútuo acordo

Frequentemente é colocada aos Serviços Jurídicos dos Sindicatos, a questão de saber se as cessações, por mútuo acordo, dos contratos de trabalho conferem, ou não, direito ao subsídio de desemprego. Assim, esclarece-se o seguinte (atendendo ao disposto no D.L. n.º 220/2006, de 3 de novembro, na sua versão atual)

TEXTO: **ALEXANDRA SIMÃO JOSÉ**

**D**e acordo com o regime legal vigente, para ser atribuído subsídio de desemprego é necessário que o beneficiário se encontre em situação de desemprego involuntário.

É, entre outras, uma situação de desemprego involuntário aquela em que o contrato de trabalho tenha cessado, por acordo fundamentado em motivo que permita o recurso ao despedimento coletivo ou ao despedimento por extinção do posto de trabalho.

Assim, como primeiro requisito para a atribuição do subsídio de desemprego, exige-se que a rescisão por mútuo acordo seja fundamentada em motivo que permita o recurso ao despedimento coletivo ou ao despedimento por extinção do posto de trabalho, ou seja, em motivos de mercado (redução de atividade de empresa, provocada pela diminuição previsível da procura de bens ou serviços ou impossibilidade superveniente, prática ou legal, de colocar esses bens ou serviços no mercado); motivos estruturais (desequilíbrio económico-financeiro, mudança de atividade, reestruturação da organização produtiva ou substituição de produtos dominantes) ou motivos tecnológicos (alterações nas técnicas ou processos de fabrico, automatização de instrumentos de produção, de controlo ou de movimentação de cargas, bem como informatização de serviços ou automatização de meios de comunicação).

Nos termos do Artigo 74.º do D.L. 220/2006, de 3 de novembro, o requerimento do subsídio de desemprego



(com modelo próprio), tem que ser instruído (no caso de cessação de contrato de trabalho por mútuo acordo) com uma declaração da entidade patronal, da qual constem os fundamentos que justificam a celebração da rescisão por mútuo acordo do contrato de trabalho, atendendo aos motivos antes referidos, para que a Segurança Social os possa avaliar, sem prejuízo de, a qualquer momento, poder exigir a prova para os mesmos.

A Segurança Social – entidade a quem cabe o pagamento do subsídio de desemprego – pode, assim, não satisfazer o respetivo pagamento se, por exemplo, considerar que os fundamentos invocados não se enquadram em motivo que permita o recurso ao despedimento coletivo ou ao despedimento por extinção do posto de trabalho ou se considerar que os motivos invocados pela empresa não se encontram suficientemente fundamentados ou que são improcedentes.

Como segundo requisito, estabelece-se um número limite de trabalhadores de cada empresa que pode ser considerado em situação de desemprego involuntário, por rescisão do contrato de trabalho por mútuo acordo. Esse número limite de trabalhadores é apurado de acordo com as seguintes regras:

1) Empresas que empreguem até 250 trabalhadores: até 3 trabalhadores, inclusive, ou até 25% do quadro de pessoal, consoante o que for mais favorável à empresa, em cada triénio; 2) empresas que empreguem mais de 250 trabalhadores: até 62 trabalhadores, inclusive, ou até 20% do quadro de pessoal, com um limite máximo de 80 trabalhadores em cada triénio; 3) estes limites são aferidos por referência aos três últimos anos, cuja contagem se inicia na data da cessação do contrato, inclusive, e pelo número de trabalhadores da empresa no mês anterior ao da data do início do triénio, com observância do critério mais favorável.

Exige-se, ainda, que a entidade patronal declare (por escrito) que os limites acima referidos foram respeitados. Se os mesmos não foram respeitados e o trabalhador aceitou o acordo de revogação do contrato de trabalho na convicção de que seria considerado na situação de desemprego involuntário, manterá o direito às prestações de desemprego e a entidade patronal ficará responsável, perante a Segurança Social, pelo pagamento da totalidade do período da concessão inicial do subsídio de desemprego, conforme dispõe o Artigo 63.º do D.L. 220/2006. ■





## Antigos trabalhadores bancários vão juntar-se em almoços de convívio

Corporizando uma tradição que se vem mantendo, ano após ano, são muitos os antigos trabalhadores bancários que vão voltar a reunir-se em almoços de confraternização, a realizar em maio

TEXTO: RUI SANTOS

### Convívio do BPSM de Angola...

É o caso dos antigos trabalhadores do Banco Pinto & Sotto Mayor de Angola, que vão juntar-se em 19 de maio, em Cortes, nos arredores de Leiria.

Os organizadores confessam que têm notado um enorme entusiasmo nestes encontros e esperam, mais uma vez, que o número de participantes volte a crescer, pelo que apelam à participação de todos os que trabalharam naquela instituição bancária de Angola, para o que devem proceder à sua inscrição, quanto antes, junto de um dos elementos da comissão organizadora: Rui Galvão de Almeida (965 821 713); Venceslau Martin (969 020 676 ou 214 837 455 ou Venceslau.martin@gmail.com); Felicidade Fernandes (925 334 615 ou 289 722 242 ou dada.felicidade.2@sapo.pt).

### ... do Totta Standard de Angola

Também os antigos trabalhadores do extinto Banco Totta Standard, de Angola, voltam a reunir-se, igualmente em 19 de maio, num convívio que terá lugar, uma vez mais, num restaurante de Pombal, onde será feita a concentração dos participantes, a partir das 11 horas.

Os organizadores pretendem juntar o maior número possível de colegas que prestaram serviço naquela instituição, pelo que pedem aos interessados que "passem palavra" aos que ainda desconhecem a realização destes convívios anuais. E informam que as inscrições devem ser feitas, desde já, junto de António e Arminda Falcão (969 093 565 ou 919 722 964), Celeste Nunes (963 360 447), Ernestina Aparí-

cio (962 549 053) ou Mário Santos (963 023 154).

### ... do BCA de Angola

Depois de alguma hesitação, os habituais organizadores dos encontros anuais dos antigos trabalhadores do BCA - Banco Comercial de Angola conseguiram juntar esforços e pôr de pé a organização do encontro de 2012, que terá lugar em 19 de maio e em Pombal, com a receção a ser feita a partir das 11,30 horas, a anteceder o tradicional almoço, a realizar num restaurante local.

As inscrições devem ser feitas quanto antes, junto de um dos elementos da comissão organizadora: Carlos Almeida - Chilocas (968 168 079), Maria Paulina Martins (914 107 451), Ilda Simões (917 855 900 ou 212 230 604 ou ildabox@sapo.pt).

O preço do almoço é de 24 euros, para adulto, e de 12 euros, para crianças dos 6 aos 10 anos, devendo o pagamento ser feito por transferência bancária ou cheque, até 8 de maio.

O almoço do ano passado contou com a presença de 99 antigos colegas. O

deste ano terá um número superior se houver o desejado "boca a boca" e a mobilização dos mais ativos para levarem consigo os que, por uma razão ou por outra, são habitualmente "menos mobilizáveis".

### ... e do Ifap/ex-Ifadap

A comissão organizadora dos almoços anuais de confraternização dos trabalhadores do Ifap (ex-Ifadap) acaba de anunciar que o almoço deste ano terá lugar em 30 de maio, em Lisboa, em restaurante a designar - disso dependendo o número de participantes - e aberto aos colegas, os que estão no ativo e os que já estão na situação de reforma.

O custo do almoço deve variar entre 20 e 30 euros e a data limite para inscrição é a de 30 de abril, devendo, para o efeito, ser utilizado um dos seguintes contactos: Antónia Nascimento (antonina.nash@hotmail.com ou 965 350 668); Helena Teixeira (mhht@netcabp.pt ou 936 791 086); Maria Pia Lemos (maria.pia.lemos@gmail.com ou 961 220 211). ■



## Confraternização de ex-alunos do Instituto de Formação Bancária

O curso de formação em alternância na banca, promovido pelo Instituto de Formação Bancária (IFB) e com o apoio do Instituto de Emprego e de Formação Profissional (IEFP), está a comemorar o seu 20.º aniversário. Comemorando esses vinte anos de atividade, está a ser organizado, ao nível do IFB, um almoço de encontro e confraternização de antigos alunos, que totalizaram 2040 formados ao longo das vinte edições do curso já realizadas.

Haverá um almoço em Lisboa e outro no Porto, a realizar em maio (ao sábado). As datas ainda não foram anunciadas mas os interessados em associar-se a esta comemoração devem estar atentos ao próximo número da revista Febase, que poderá incluir algumas informações indispensáveis, nomeadamente sobre os locais de inscrição.



Concurso FOTO FEBASE 2012

Fotos apuradas no mês de Março

Tema:

**CORES**



"Terra dos Sonhos"  
Francisco Oliveira



"Vermelho"  
José Guimarães



"Cores da natureza II"  
João Sales



"Tinta"  
Luís Filipe Monteiro



"Riscos de cor"  
José Canelas



"maputo+kruger park 399"  
Francisco Ramalho



"Instantaneo"  
Isabel Navarro de Castro



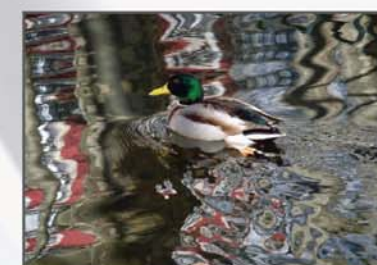
"Acordear colorido"  
José Canelas



"Aparas"  
Luís Filipe Monteiro



"Olhos de cor"  
José Guimarães



"Cores reais"  
Orlando Viegas



"Barcos do Tejo"  
Álvaro Carvalho



## Comissão Permanente aprova Relatório e Contas

TEXTO: FRANCISCO OLIVEIRA

A Comissão Permanente do Conselho Geral, reunida em 30 de março, aprovou por unanimidade o Relatório e as Contas referentes ao exercício de 2011 e também aprovou, mas com quatro abstenções, o Parecer do Conselho Fiscalizador de Contas.

O Relatório lembra que o ano transato foi, mais uma vez, de grande perturbação laboral, particularmente no que ao setor bancário diz respeito. Muita dessa perturbação resultou do Memorando de Entendimento acordado com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a UE, que deram origem a um vasto conjunto de medidas lesivas dos interesses e dos direitos dos bancários.



Por sua vez, a assinatura do terceiro Acordo Tripartido sobre Segurança Social permitiu garantir os direitos dos trabalhadores bancários na situação de reforma, face à integração parcial dos fundos de pensões da banca no Estado, acordada entre as instituições de crédito e o Governo.

Aquele foi igualmente o ano em que o SBN deu especial atenção aos processos do BPN e do Finibanco, quer no âmbito da contratação coletiva quer do contencioso laboral.

Foi ainda concretizado o objetivo de continuar a reduzir os gastos em todos os centros de custos no SBN.

Mas foram também feitas apostas concretas na área da saúde. Saliente-se, neste domínio, o alargamento da rede convencionada (tendo sido concretizadas cerca de quarenta convenções, com destaque para o hospital da CUF, e proporcionando uma maior cobertura



de serviços nas várias regiões), a inclusão na tabela de comparticipações de novos meios auxiliares de diagnóstico, a intensificação do controlo de medicamentos (com resultados significativos) e a implementação do processo clínico eletrónico. Facto também de assinalável relevância foi o início da reestruturação da rede de postos clínicos, a ne-

gociação encetada com a Segurança Social com vista à rescisão do acordo em vigor com o Estado, e o reforço da medicina preventiva, com a realização de um conjunto de rastreios do maior interesse para a população beneficiária.

Durante o ano, os SAMS prosseguiram a estratégia com vista à melhoria da qualidade dos serviços prestados e à consolidação da situação financeira, como comprova o aumento significativo dos resultados líquidos.

Por outro lado, prosseguiram os esforços no sentido de se desenvolver uma verdadeira cultura institucional, com maior enfoque nos beneficiários, na busca quotidiana de melhores práticas, promovendo a competência para a concretização de serviços de excelência e, simultaneamente, reduzindo os custos de funcionamento, vertentes fundamentais para o sucesso e para a consolidação dos SAMS, tendo em vista a sua sustentabilidade futura.

Pela sua magnitude, tratou-se de medidas estruturais, indispensáveis à melhoria da qualidade da despesa e ao aumento da eficácia das atividades na área da prestação de cuidados de saúde.

O Relatório termina sublinhando que, não obstante a inegável solidez dos SAMS, não se pode nem se deve descurar o futuro. Em consequência, começa a ganhar forma um conjunto de medidas que constituirão um motivo forte de fidelização da população beneficiária e que se tornarão num importante fator de atratividade junto de potenciais aderentes a este sistema de saúde. ■

## Reuniões de associados nas delegações

A Direção do SBN, em colaboração com as comissões sindicais de delegação e com a Comissão Sindical de Reformados levou a efeito reuniões com associados das respetivas áreas geográficas de influência

Para além das noticiadas anteriormente, referenciam-se agora as realizadas em Viana do Castelo, Aveiro e Mirandela, respetivamente em 3, 12 e 27 de março.

Em Viana, com a presença de sete dezenas de associados, foram analisadas as implicações dos fundos de pensões sobre os bancários no ativo e os



Viana do Castelo



Aveiro



Mirandela

reformados, a nova legislação laboral – aplicação nos acordos coletivos de trabalho e de empresa existentes na banca – e a situação do setor.

Em Aveiro, com a presença de uma centena de associados, e em Mirandela, com sete dezenas, foram analisadas as situações acima referidas e discutidas as questões respeitantes à reestruc-

turação dos SAMS, em especial no que respeita ao encerramento de postos clínicos.

Para além disso, em todas as reuniões foram dadas informações sobre o momento que o setor atravessa e a situação dos processos mais candentes existentes no SBN, nomeadamente BPN e Finibanco. ■

"Põe-te a andar, pela tua saúde ..."

## Caminhada nas "Marginais do Rio Minho"

TEXTO: FIRMINO MARQUES

Destinada aos sócios e seus familiares, o Pelouro do Desporto do SBN vai retomar, no próximo dia 28, as suas caminhadas "Põe-te a andar, pela tua saúde...".

A 17.ª caminhada decorrerá no concelho de Melgaço, a que se atribuiu a designação "Marginais do Rio Minho", e desenvolve-se pelos arruamentos existentes na encosta das Carvalhiças, cruzando o regato Rio do Porto, na Ponte Pedrinha. Segue-se um troço, com trajeto que coincide com a Av. 25 de Abril, e que faz ligação ao centro de estágios.

Chegado a este ponto, o percurso atravessa o coração do centro de estágios, até atingir o pinhal, junto à área técnica das piscinas municipais Descobertas, onde se inicia um trajeto de 150 metros, em caminho de terra e pedra, seguindo depois por uma antiga levada de água, atualmente desativada, por um passadiço em madeira com cerca de 1500 metros de comprimento e 1,2 de largura, que permite aos utentes apreciar as magníficas vistas sobre o património natural do Rio Minho e a sua envolvente, e que termina numa

pequena área de lazer. O trilho segue depois, através de caminho em saibro, pela encosta do Rio Minho, até ao Centro Hípico de Melgaço, descendo depois até à Veiga de Remoães e atravessando aquela zona agrícola. Finalmente, o trilho segue até à entrada norte das Termas do Peso, pela zona da Folia, onde termina.

Esta iniciativa realiza-se com um máximo de 100 inscrições, que deverão ser efetuadas até ao dia 20, na Secretaria do SBN, onde poderão ser obtidas mais informações. ■



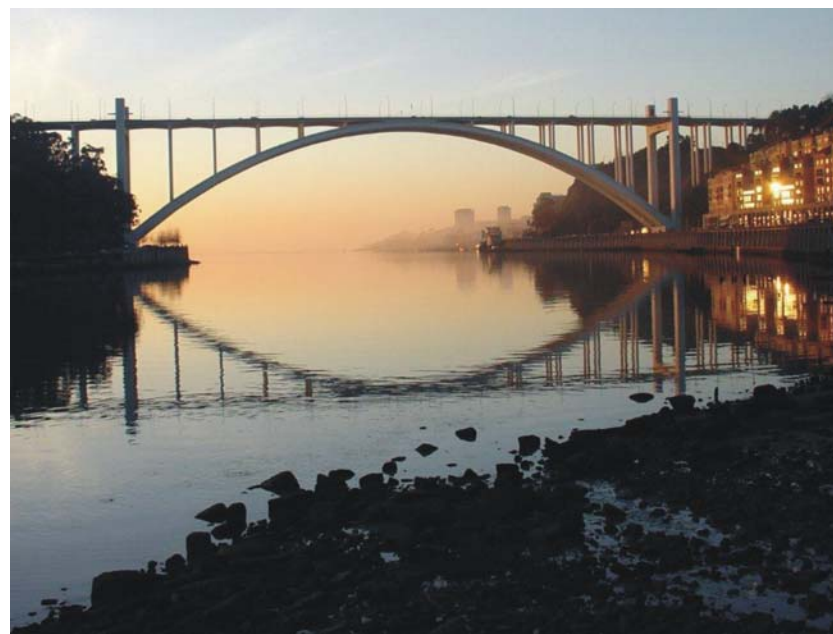




## “À moda do Porto” Transição

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

No âmbito da exposição “À moda do Porto”, o Núcleo de Fotografia tem patente o tema “Transição”, de António Eurico Morais, até 2 de maio, na Galeria do SBN – Rua Conde Vizela, 145. A mostra pode ser visitada às quartas e quintas-feiras, das 15 às 17h30



Entretanto, o Núcleo esteve representado no importante certame “Porto, Cidade das Camélias”, realizado em 10 e 11 de março, na Biblioteca Almeida Garrett, no Palácio de Cristal. Dada a qualidade do conjunto de fotografias, de autoria de Viana Basto, a participação do Núcleo estendeu-se para além daquela data, tendo sido prorrogada até ao dia 23.

O interesse desta iniciativa pode ser encontrado na obra “O Mundo da Camélia”, de Veiga Ferreira: “A classificação

de camélias não é tarefa fácil mas é aliciante, pois requer muita sensibilidade da parte daquele que a elas se dedica, quer seja amador ou profissional. Das descrições pormenorizadas do passado em que cada investigador fazia a descrição das camélias, usando a sua própria terminologia e, embora ainda hoje haja uma certa diferença entre os métodos de classificação usados na Europa, América e no Oriente, chegou-se a uma classificação mais detalhada e a uma terminologia mais uniforme”. ■



A exposição foi muito visitada

## Reformados visitam Picos da Europa

A Direção do SBN e a Comissão Sindical de Reformados levam a efeito, de 24 a 27 do corrente mês, uma viagem aos Picos da Europa, dirigida a associados e acompanhantes.

O autocarro parte às 8 horas, junto à Câmara Municipal do Porto, com destino a Cangas de Onís. No dia 25, depois da manhã livre, serão visitadas Ribadesella e Villaviciosa, com guia oficial, e na manhã do dia seguinte será feita uma excursão ao Parque Nacional dos Picos da Europa, com visita à basílica e ao Sítio Real e subida aos lagos de Covadonga. À tarde, a excursão partirá para Cuenca del Nalon, com visita opcional e não incluída no preço ao Museu do Minério. O dia 27 será dedicado ao regresso ao Porto.

As inscrições serão consideradas por ordem de entrada, limitadas a 50 pessoas, e deverão ser efetuadas na loja de atendimento do SBN, na Rua da Fábrica, 81, com os telefones 223 398 800/05/09/17, fax 223 398 877 e correio eletrónico sag@sbn.pt.



## Aulas de viola e de guitarra clássica

A Direção do SBN, através do Pelouro Recreativo e Cultural e em colaboração com a empresa Trincamundo - Eventos e Formação, vai promover um curso de viola/guitarra clássica, de uma hora semanal, aos sábados, das 11 às 12 horas, para filhos de associados e de colaboradores, com idades compreendidas entre os 7 e os 17 anos.

O curso será ministrado no Espaço Trincamundo, localizado na Rua da Picaria, 30, no Porto (perto do túnel de Ceuta) e cada turma terá entre sete e doze alunos.

O preço será de 25 euros mensais, não havendo limite de aulas e sendo admitida a saída, a qualquer altura em que o aluno se sentir preparado, com um aviso prévio de 30 dias, tanto ao SBN como ao Espaço Trincamundo. ■

TEXTO: SEQUEIRA MENDES

## Seminário da UGT/Coimbra Condições e dignidade no trabalho em debate

A UGT/Coimbra levou a efeito um seminário que versou o tema “Condições e dignidade no trabalho em tempos de crise” e que teve lugar em 29 de março, na Casa Municipal da Cultura, em Coimbra



A abertura dos trabalhos esteve a cargo do seu presidente executivo, Carlos Silva, que fez a apresentação dos convidados e uma análise, ainda que breve, da atual crise na sociedade portuguesa, nomeadamente no seu aspeto social, detendo-se um pouco na apreciação do mundo sindical português e das vicissitudes por que está a passar.

A mesa redonda teve a moderação de Ricardo Pocinho, secretário executivo da UGT/Coimbra.

Como convidados estiveram o Dr. Luís Lopes, coordenador executivo para a promoção da segurança e saúde no trabalho da ACT, que se referiu longamente a estas questões, tendo concluído que a crise está a afetar as condições de trabalho, concluindo que, em tempos de crise, a prevenção é a palavra de ordem.

A Dr.ª Catarina Tavares, coordenadora do departamento de segurança e saúde no trabalho da UGT, desenvolveu a sua

participação em torno de quatro eixos que considerou muito preocupantes:

- Melhoria dos sistemas de prevenção;
- Formação e inspeção/cumprimento da legislação;
- O papel dos Sindicatos na segurança e saúde no trabalho;
- Doenças profissionais/doenças psicossociais.

O advogado Paulo Almeida, mestre, professor e especialista em Direito de Trabalho, deteve-se na análise aprofundada sobre os custos do trabalho em Portugal, referindo que eles são bastante baratos, abordando de seguida a institucionalidade de várias normas que se encontram em discussão no mundo laboral português, concluindo que o direito laboral não altera as condições económicas do País, isto é, não é com a alteração do Código do Trabalho que a nossa economia vai avançar.

Seguiu-se um debate muito participado, onde foram abordados os despedi-

mentos na função pública, a problemática da fraca sindicalização em Portugal, a negociação da cessação dos contratos de trabalho e a posição deficitária do trabalhador perante a entidade patronal.

Outras questões muito importantes que atravessam todo o movimento sindical português foram abordadas, nomeadamente o aspeto legal dos despedimentos individuais e coletivos e as condições de vigilância dos ACT do sector público por parte da Inspeção do Trabalho.

O encerramento esteve a cargo do Dr. Manuel Castelo Branco, Presidente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, que se referiu à gritante injustiça da distribuição da riqueza em Portugal, pois, como concluiu, “a maldição das condições de trabalho há muito que ganha o pão com o suor dos outros”. Referiu-se a outra maldição, aquilo a que chamou “maldição fiscal” e disse que a UGT devia empenhar-se de maneira consistente em contrariá-la. ■

## SBC associa-se à homenagem de Vilar Formoso ao Dr. Fernando Correia

TEXTO: ANTÓNIO PIMENTEL/SEQUEIRA MENDES



Em janeiro passado, o Doutor Fernando José Correia, médico que dedicou mais de quatro décadas

ao serviço da população raiana, tarefa que ainda hoje prossegue, foi alvo de merecida homenagem, que decorreu no pavilhão multiusos local e à qual compareceram muitas centenas de pessoas.

Fazendo parte do corpo de médicos de província dos SAMS, com o qual estabeleceu um protocolo desde os seus primórdios e tendo passado pelo seu consultório gerações de bancários que, a partir da primeira consulta, deixavam de ser doentes para serem amigos, o Sindicato dos Bancários do Centro, alertado para o evento, fez-se representar nesta homenagem por António Pimen-

tel e Rui Oliveira, membros da Direção que, em nome da mesma, fizeram a entrega de uma lembrança e puderam apreciar o carinho que os colegas bancários de Vilar Formoso dedicam ao Dr. Fernando Correia.

E ainda porque se festejou nesse dia o seu aniversário, a Direção do SBC desejou-lhe muitos anos de vida e, se possível, também ao serviço dos nossos associados.

A rotunda que se situa entre as agências do BCP e a CGD passou a ter o seu nome, não tendo sido fácil convencer o Dr. Fernando Correia a aceitar esta prova de reconhecimento dos seus conterrâneos. ■





## Passatempo do dia dos namorados constituiu êxito assinalável



No dia dos namorados, o SBC levou a efeito um passatempo em que premiava os melhores poemas ou frases alusivas ao dia, com um jantar à luz das velas e alojamento numa unidade hoteleira de Coimbra

TEXTO: SEQUEIRA MENDES

As participações não se fizeram esperar. E venceram:

**João Pedro Carreira**

“Para dizer que te amo...

Para dizer que te amo poderia escrever um poema sobre a chuva, as estrelas ou a lua. Poderia escrever uma prosa sobre os oceanos, os desertos ou o céu.

Poderia escrever um poema sobre o coração, a alma, o corpo. Sobre o desejo, o anseio, sobre os teus lábios, o teu cabelo, ou os teus olhos.

Poderia até escrever um poema sobre o teu jeito ou o teu sorriso. Um poema sobre o que sinto quando acor-

do ao pé de ti e de como me fazes rir. Poderia escrever um poema sobre ti, sobre nós, um poema que dissesse: somos um! Poderia ainda escrever um poema sobre como te quero fazer feliz, sobre todos os nossos planos, sobre a casa, o casamento e os filhotes lindos que um dia havemos de ter.

São mil e um, os temas para um poema ou prosa que te retrate, que fale sobre nós, sobre a nossa paixão, a nossa relação ou o nosso futuro, e em todos eles terminaria escrevendo: obrigado, gosto de ti! Tal qual combinámos um dia para não gastar o verbo amar”.

Esse verbo que é tantas vezes conjugado sem sentimento, sem alma, vazio do que realmente figura!

Mas hoje, porque é um dia especial, não vou escrever nenhum poema ou prosa, não vou escrever sobre ti, sobre mim ou sobre nós. Porque em nenhum poema ou em nenhuma prosa cabe o significado desse verbo que me invade o coração ao mesmo tempo que tu invades o meu ser.

Assim, e com tudo o que o verbo representa vou apenas e só escrever: amo-te!”.

**Catarina Isabel Rodrigues Ferreira**

“Por cada momento passado, em cada tentativa de recomeço, em cada

lágrima de saudade caída, recordo-te.

Como o grande amor da minha vida, podem passar dias, ou até mesmo anos, sem em teus braços poder estar mas o meu amor forte nunca irá acabar.

Queria poder dizer-te, o que representas para mim, sei que este amor que me consome, jamais terá um fim.

De todas as palavras por nós ditas, através do silêncio, de um sorriso, houve uma que permanecerá para sempre tatuado no meu coração: «Amo-te»”.

**Rita Sofia Carvalho Batista**

“Amor, o pensamento do coração, onde o homem não tem razão”.

**Lara Sofia da Cruz Bento**

“É dia dos namorados e vou com ela ao hotel D. Inês pernoitar. Apreciar Coimbra da janela. Abraçá-la e ter a beleza do seu olhar”.

Poema sobre o que sinto quando acordo ao pé de ti e de como me fazes rir.

Poderia escrever um poema sobre ti, sobre nós, um poema que dissesse: somos um!

Poderia ainda escrever um poema sobre como te quero fazer feliz, sobre todos os nossos planos, sobre a casa, o casamento e os filhotes lindos que um dia havemos de ter.

São mil e um, os temas para um poema ou prosa que te retrate, que fale sobre nós, sobre a nossa paixão, a nossa relação ou o nosso futuro, e em todos eles terminaria escrevendo: obrigado, gosto de ti! Tal qual combinámos um dia para não gastar o verbo amar”.

Esse verbo que é tantas vezes conjugado sem sentimento, sem alma, vazio do que realmente figura!

Mas hoje, porque é um dia especial, não vou escrever nenhum poema ou prosa, não vou escrever sobre ti, sobre mim ou sobre nós. Porque em nenhum poema ou em nenhuma prosa cabe o significado desse verbo que me invade o coração ao mesmo tempo que tu invades o meu ser.

Assim, e com tudo o que o verbo representa vou apenas e só escrever: amo-te! ■

## Pesca

## Vítor Malheiros vence primeira prova na Nazaré

TEXTO: PEDRO VEIGA/SEQUEIRA MENDES

A simpática vila piscatória da Nazaré recebeu, mais uma vez, uma prova de mar do Sindicato dos Bancários do Centro, desta feita, a primeira que se realizou este ano, com vista ao apuramento dos nossos atletas para a final nacional, que terá lugar em Porto Covo.

Amanhã de 24 de março apareceu nublada e algo fresca, o mar apresentou-se esplêndido para a pesca à boia. Com águas claras e sem vento, condições consideradas muito boas para a atividade em causa. Deu-se início à prova após a concentração de todos os atletas, não sem que se tenha previamente procedido à escolha dos pesqueiros.

As tainhas, alvo principal, compareceram de forma generosa, tendo-se registado algumas pescas superiores a dez quilos.

Esgotadas as quatro horas de competição, deu-se início às pesagens e respetiva classificação, que ficou assim ordenada:

1.º Vítor Malheiros (BCP/Peniche), 13,800 quilos; 2.º Pedro Veiga (BPI/C. Rainha), 12,600; 3.º Mário Veríssimo



(CCAM/Peniche), 11,428; 4.º António Gonçalves (BCP/C. Rainha), 7,300; 5.º Rogério Silva (BCP/C. Rainha), 6,640; 6.º Manuel Barqueiro (CGD/Soure), 5,940; 7.º António Cascão (BES/Coimbra), 5,760; 8.º David Faria (BCP/Nazaré), 4,360; 9.º Fernando Luís (BES/F. Foz), 4,200; 10.º Joaquim Fagundes (BCP/M. Grande), 1,320; 11.º António Freire (BdP/Coimbra), 0,480; 12.º João Pimentel Santos (BCP/Coimbra), 0,240; 13.º Maria Alexandra Batista (BCP/Batalha), grade.

Esgotada a parte desportiva, teve lugar a segunda parte que, para a grande maioria, se não mesmo para a totalidade, constitui sempre o ponto alto destes encontros piscatórios, um abastado e partilhado piquenique, que nem mesmo uns pingos de chuva vieram prejudicar.

A próxima etapa está marcada para o dia 21, em Peniche, onde, presume-se, as tainhas continuarão a ser as rainhas da festa. ■



## Mário Veríssimo é campeão de surfcasting

TEXTO: ANTÓNIO PIMENTEL/SEQUEIRA MENDES

Com um surpreendente dia de sol, muito agradável e com o mar com muita força, melhorando para o fim, com a maré cheia, realizou-se em 11 de março, na Figueira da Foz, a segunda prova regional de surfcasting, para apuramento dos seis representantes do SBC à final nacional, que vai ter lugar no norte, concretamente em Ofir, em maio.

Embora tenha saído pouco peixe, é de destacar um belo exemplar de robalo que o vencedor, António João Marques, tirou daquelas águas frias e que lhe valeu um segundo lugar no conjunto das duas provas realizadas.

A classificação final, após esta prova em que participaram doze pescadores, foi a seguinte: 1.º Mário Veríssimo (CCAM/Peniche); 2.º António João Marques (BCP/Marinha Grande); 3.º Pedro Veiga (BPI/Caldas da Rainha); 4.º João Pedro Agostinho (BES/Coimbra); 5.º Rui Cruz (BPI/Caldas da Rainha); 6.º Rogério Silva (BCP/Caldas da Rainha). Participaram ainda António Cairrão, António Gonçalves, António Cascão, David Faria, Maria Alexandra e Paulo Fernandes.

Acabada a pesagem, teve lugar um almoço de confraternização, seguido da entrega de prémios, num restaurante da Cova da Gala.





## Conselho Geral reuniu-se em 29 de março

TEXTO: JOSÉ LUÍS PAIS

Um dos últimos atos estatutários, decorrentes do atual mandato sindical, concretizou-se no passado dia 29, num hotel da capital.

Releve-se o facto de ser o Conselho Geral o órgão máximo entre Assembleias Gerais e é composto pelos elementos eleitos, pela Assembleia Geral, por sufrágio direto e secreto de listas nominativas e escrutínio pelo método de Hondt, tomando ainda parte nele, como elementos de pleno direito, os representantes das Direções das secções distritais.

São competências e funções, entre outras, aprovar o relatório e contas do exercício.

Foi esta uma das razões para se ter convocado, pelo respetivo presidente, o Conselho Geral, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Discussão e votação do relatório e contas do exercício de 2011;

2 – Ratificação do documento sobre a responsabilidade dos avals prestados pelos membros da Direção junto de instituições bancárias;

3 – Avalizar a proposta da Direção da criação duma sociedade unipessoal sob a designação de STAS Tempos Livres e Gestão:

a) exploração e comercialização de atividades de tempos livres, turismo rural, parques de campismo e outras conexas;

b) gestão de espaços propriedade dos sócios da sociedade.

4 – Atribuição da qualidade de sócio de mérito;

5 – Informações.

De início, foi apresentado o expediente que tinha chegado à mesa.

Logo de seguida, procedeu-se à leitura para aprovação da ata da reunião anterior, sendo aprovada por maioria.

No 1.º ponto, após a apresentação pela Direção, a que se juntou o parecer pelo



Aspeto parcial dos conselheiros presentes na reunião



A Mesa da Assembleia, ladeada pela Direção, dirige uma das últimas reuniões do mandato

respetivo presidente do Conselho Fiscal, foi o documento colocado à discussão dos conselheiros. Verificaram-se algumas intervenções e, na sequência das mesmas, prestaram-se esclarecimentos. Saliente-se o resultado positivo do exercício, apesar de alguns constrangimentos, prevalecendo a política apertada de custos e a campanha de angariação de novos sócios.

O relatório e as contas foram aprovadas por unanimidade.

No 2.º ponto, justificada a conveniência e prestados os devidos motivos para o efeito em apreço, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Ponto 3, o assunto aqui focado pode entender-se como uma meta sonhada e que agora passará a ter “pernas para andar”. Tarefa que tem sido difícil pelos entraves postos a vários níveis e aos quais pretendemos lograr superar, com o aval deste órgão. E com as respostas concedidas aos conselheiros que colocaram algumas questões, este ponto teve a aprovação da maioria, com quatro abstenções.

No 4.º ponto, um ato que, apraz registarmos e de todo merecedor dos melhores encômios, dedicado a quem concedeu grande parte da sua vida à causa

sindical, nomeadamente ao engrandecimento do STAS. A proposta da Direção foi acolhida de imediato por todo o Conselho Geral, que expressou, igualmente, o seu reconhecimento pelo trabalho sindical desenvolvido pelo colega. Após a aprovação, por unanimidade e aclamação, foi atribuído o emblema de ouro do sindicato e o competente diploma a Francisco Moreira Lameiras que, a partir de agora, é sócio de mérito.

No ponto de informações, o grande enfoque incidu sobre o atual CCT e a sua aplicabilidade, salientando-se o facto de haver já um número considerável de empresas que atribuíram aos colaboradores a retribuição estipulada no anexo VIII e a indicação do montante do PIR a quem a ele tem direito desde já. Referiu-se, pese embora indicações em contrário por parte do sindicato não aderente, que muitos e muitos dos seus associados não recusaram o recebimento daquela retribuição (um valor igual a 55% do ordenado base).

Ao dar por concluída a reunião, e por ser provavelmente a última deste mandato, o presidente do Conselho Geral agradeceu a colaboração prestada por todos os elementos deste órgão, ao longo dos quatro anos do mandato. ■



Carlos Marques entrega emblema de mérito a Francisco Lameiras

## Cem participantes no torneio de futsal

TEXTO: MARIO RUBIO



GDC FM/IB campeão só com vitórias



Imagem do jogo FM/IB – Zurich

No âmbito do Pelouro de Tempos Livres do STAS, têm vindo a ser organizados os campeonatos de futebol de sete e de futsal.

No final de 2011 concluiu-se o 2.º torneio de futsal, onde pudemos contar com a participação de sete equipas, que voltaram a proporcionar momentos de grande convívio e desportivismo, tal como se pretendia com a organização da prova.

Mais do que os resultados, importa referir o número de participantes envolvidos e que ascendeu a mais de cem que, ao longo do torneio, manifestaram grande correção.

Nos restantes aspetos, tudo correu da melhor forma para algumas equipas sendo estes os quadros classificativos:

Classificação II Torneio Futsal STAS 2011								
	Jogos	Vitórias	Empates	Derrotas	Golos		Diferença M/S	Pontos
					Marcados	Sofridos		
1 G.D.C. FM / IB	6	6	0	0	32	10	22	18
2 INEtese/jov. Seguros	6	5	0	1	37	13	24	15
3 CARES Seguros	6	3	0	3	22	21	1	9
4 CA Seguros	6	3	0	3	21	30	-9	9
5 INTER Partner	6	3	0	3	18	26	-8	9
6 C.C. AXA Seguros	6	2	0	4	14	25	-11	6
7 ZURICH Seguros	6	0	0	6	13	32	-19	0

Melhores marcadores			
Nome	N.º Jogador	Equipa	Tot. Gerais
Marcelo Pinho	3/05	CARES Seguros	14
Luís Conceição	1/03	G.D.C. FM / IB	11
Ruben Lopes Faria	7/06	INETESE/jov. Seguros	10
Vilson Guerreiro	7/03	INETESE/jov. Seguros	9
Hugo Vale	D-2/05	INTER Partner	9
Bruno Paiva	5/01	ZURICH Seguros	6
Pedro Camacho	1/06	G.D.C. FM / IB	5
João Rocha	4/08	CA Seguros	
Cássio Marchand	7/05	INETESE/jov. Seguros	
Leonel Sachambula	7/07	INETESE/jov. Seguros	
Gonçalo Boto	2/04	INTER Partner	4
Pedro Peleja	6/01	AXA Seguros	
Paulo Escarigo	1/07	G.D.C. FM / IB	
Iuri Dias Khan	T4/01	CA Seguros	
Rui Neves	3/07	CARES Seguros	



Inetese só perdeu com o campeão

Melhor Defesa		
Nome da Equipa	Nº de Golos	
1 G.D.C. FM / IB	10	
2 INEtese/jov. Seguros	13	
3 CARES Seguros	21	
4 C.C. AXA Seguros	25	
5 INTER Partner	26	
6 CA Seguros	30	
7 ZURICH Seguros	32	

Disciplina			
Nome da Equipa	Cartões		Total Pontos
	A	V	
1 G.D.C. FM / IB	1	0	15
2 C.C. AXA Seguros	2	0	30
3 CARES Seguros	2	0	30
4 CA Seguros	2	0	30
5 INEtese/jov. Seguros	4	0	60
6 ZURICH Seguros	5	0	75
7 INTER Partner	Excluída do prémio Disciplina conforme regulamento		

### Torneio de futebol de 7 já começou

Mantendo a tradição de anos anteriores, o 5.º campeonato de futebol de sete, que conta com a participação de sete equipas, iniciou-se em 26 de março.

São estas as equipas participantes: Clube de Colaboradores da AXA, CA-Seguros, Grupo Desportivo e Cultural da FM/IB, Associação Inetese, Inter Partner Assistance, Associação Jovens Seguros e Zurich Seguros.

Cerca de 140 atletas disputam, em sete jornadas, os prémios para a classificação geral, os troféus de melhor marcador e melhor defesa, a taça disciplina e o troféu Fair Play.

Os jogos realizam-se no campo da Escola Azevedo Neves, situado no Alto da Damaia, na Rua Carvalho Araújo (junto ao Ski Parque da Amadora). ■





**Jovens Seguros - 10 anos de Aventura**

**CAMPO DE FÉRIAS ABERTO**

Os preços incluem: Transporte, Alimentação, Seguros, Monitoragem Credenciada, Atividades de Orientação, Escalada, Slide, Rappel, Programas de Atividades adaptáveis às faixas etárias, Idas a Praias nos distritos indicados.

Para Crianças e Jovens a partir dos 3 anos de Idade

Preços:  
107 Euros para Sócio e Colaborador de Empresa Associada  
125 Euros para Outros

**Pagamentos Fracionados até novembro**

10% de Desconto nos pagamentos efetuados na totalidade até à data de início do Turno Correspondente.  
(contacte-nos para descontos e condições de pagamento)

**2012**

1º Turno: 18 a 22 de Junho  
2º Turno: 25 a 29 de Junho  
3º Turno: 2 a 6 de Julho  
4º Turno: 9 a 13 de Julho  
5º Turno: 16 a 20 de Julho  
6º Turno: 23 a 27 de Julho  
7º Turno: 30 de Julho a 3 de agosto  
8º Turno: 6 a 10 de agosto

www.jovensseguros.com . geral@jovensseguros.com . Tlm: 916 564 998 . Tlf: 21 880 21 60

**Jovens Seguros - 10 anos de Aventura**

**CAMPO DE FÉRIAS FECHADO**

Os preços incluem: Transporte de Lisboa, Porto ou Coimbra para Proença-a-Nova e regresso. Estadia em regime de pensão completa (alojamento, pequeno-almoço, almoço, lanche, jantar, ceta). Prática de Natación, Passeios, Caminhadas, Slide, Rappel, BTT/Cicloturismo, Bisnaga Ball e outras atividades apropriadas às faixas etárias envolvidas. Todos os materiais necessários às diversas atividades.

Para Crianças e Jovens a partir dos 7 anos de Idade

Preços:  
425 Euros para Sócio e Colaborador de Empresa Associada  
525 Euros para Outros

**Pagamentos Fracionados até dezembro**

10% de Desconto nos pagamentos efetuados na totalidade até à data de início do Turno Correspondente.  
(contacte-nos para descontos e condições de pagamento)

**2012**

1º Turno: 23 a 30 de Junho  
2º Turno: 30 de Junho a 14 de Julho  
3º Turno: 14 de Julho a 28 de Julho  
4º Turno: 28 de Julho a 11 de agosto  
5º Turno: 11 a 25 de agosto  
6º Turno: 25 agosto a 1 de setembro  
\* Turnos de uma Semana

www.jovensseguros.com . geral@jovensseguros.com . Tlm: 916 564 998 . Tlf: 21 880 21 60

## Formação

# Cursos de dinamização sindical para ativistas do SBSI

TEXTO: RUI SANTOS



O Pelouro da Formação do SBSI continua apostado em fornecer aos seus associados novos conhecimentos, técnicas, competências e ferramentas de trabalho nas mais diversas áreas de atuação. Nesse sentido, lançou um novo curso de dinamização sindical, destinado aos membros dos Secretariados das Secções de empresa e regionais

Esta nova ação de formação apresenta-se como um instrumento estratégico para o reforço, desenvolvimento e inovação na ação das Secções Sindicais, estando o programa orientado para os que, no âmbito da sua atividade sindical, desejem au-

mentar as suas competências de intervenção, junto dos atuais e potenciais associados.

Entre outros temas, foi dada prioridade à ação de sindicalização “cara a cara”, com especial incidência na forma e no modo de estabelecer relacionamentos positivos, em como gerar interesse sobre o SBSI, as suas atividades e o que ele oferece aos associados, em como lidar com objeções e como obter compromissos de adesão ao Sindicato ou de permanência nele.

São utilizadas metodologias formativas que privilegiam a ação, a reflexão, a partilha de experiências pessoais dos representantes sindicais e que promovem e valorizam a auto aprendizagem, em contexto *indoor* e *outdoor*.

Estas metodologias envolvem os participantes e permitem um profundo trabalho de desenvolvimento e otimização das suas competências, assente na experiência prática por eles vivida e na descoberta e aplicação imediata de novas técnicas, instrumentos e competências, pois é fazendo que se aprende.

Os exercícios utilizados são práticos, desafiadores e lúdicos, integrando componentes intelectuais, emocionais e físicas. Deste modo, cria-se nos participantes uma motivação acrescida para a participação ativa, para a experimentação, a auto aprendizagem efetiva de novas competências e para a sua aplicação imediata e duradoura, no contexto da sua atuação sindical.

Este programa de formação, que começou em 19 de março, é realizado em regime residencial, nas instalações do Centro de Férias e Formação, em Ferreira do Zêzere, com uma duração total de 21 horas, distribuídas por três dias semanais de trabalho formativo.

O primeiro grupo de formação, que ali esteve de 19 a 21 de março, foi constituído por 14 participantes, enquanto outros doze formandos integraram o segundo curso, que teve lugar entre 21 e 23 do mês findo. Esta ação continuou entre 9 e 11 deste mês, com cerca de vinte participantes, com número semelhante a integrar o que está agora em funcionamento e termina amanhã, dia 18. ■





## Cooperativa dos bancários tem eleições em 2 de maio

A Cooperativa dos Bancários, fundada em 1975 e que conta hoje com mais de onze mil associados, terá eleições dos seus corpos sociais em 2 de maio, entre as 10 e as 19 horas

TEXTO: RUI SANTOS

A Coopbancários – a cooperativa de consumo dos bancários – nasceu de um movimento espontâneo de um punhado de bancários, defensores dos valores do cooperativismo. Foram muitos milhares de bancários que estiveram no arranque desse novo exemplo de associativismo e, ainda hoje, são muitos os bancários que continuam a corporizar a ideia inicial e a manter viva a firme vontade dos que iniciaram o projeto.

Mas, na verdade, a Coopbancários já conheceu melhores dias. Também sujeita às leis do mercado e da oferta e da procura, começou a conhecer uma fase de menor expansão com o nascimento das grandes superfícies. Mas na área de

livraria, perfumaria e cosmética, a Coopbancários vende mais barato e a sua carne é de melhor qualidade que a da concorrência, também segundo a opinião de muitos associados.

A Coopbancários chegou a ter quatro lojas em Lisboa e uma no Laranjeiro. Mas, com a concorrência das grandes superfícies, reduziu a sua atividade e, com o passar do tempo, voltou às origens e confinou-a à sua loja inicial, na Rua Dona Filipa de Vilhena, 6, em Lisboa, onde registou, no ano passado, um volume de vendas que ultrapassou os 3,277 milhões de euros.

Mesmo assim tem resistido, graças ao esforço dos 43 trabalhadores que ali prestam serviço e ao empenho dos muitos sócios que, apesar de tudo, se mantêm fiéis à sua cooperativa.

A Coopbancários tem sócios individuais e coletivos, em ordem a facilitar o acesso de maior número de consumidores à sua loja e serviços, que são mensalmente visitados por um número significativo de pessoas, face ao atual momento socioeconómico que atravessamos.

E, de acordo com os seus Estatutos, a Coopbancários vai chamar os seus as-

sociados a elegerem a Direção, o Conselho Fiscal e a Mesa da Assembleia Geral para o quadriénio 2012/2015, com a eleição a ter lugar em 2 de maio, entre as 10 e as 19 horas, na sua sede.

As listas concorrentes terão de ser entregues até hoje, dia 17, pelo que ainda não nos é possível avançar os nomes dos candidatos concorrentes.

Esperam os atuais dirigentes da Coopbancários que seja grande a participação dos eleitores no próximo dia 2. E, na hora de votar, haverá que ter em conta que a apresentação do cartão de sócio ou de qualquer outro documento identificativo é imprescindível e que é permitido o voto por correspondência e o voto por representação, nos termos do Artigo 26.º dos Estatutos da Cooperativa e Artigos 52.º e 53.º do Código Cooperativo, sendo que, no voto por representação, cada cooperador poderá representar até um máximo de três membros da Cooperativa.

A adesão de novos membros à Coopbancários é muito desejada e seria uma lufada de ar fresco que poderia contribuir de forma decisiva para, contra ventos e marés, continuar um sonho que nasceu há 37 anos. ■

## Futsal

### Vêm aí as meias-finais

TEXTO: RUI SANTOS

A 36.ª edição do torneio nacional interbancário de futsal continua a decorrer e, na zona do Sul e Ilhas, faltam apenas disputar as meias-finais – já no próximo sábado, dia 21 – e a final, marcada para 6 de maio, em Alenquer

A eliminatória preliminar inter-regional teve lugar em 24 de março, no pavilhão dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos, em Lisboa.

O primeiro jogo, entre “Os Tesos”, de Faro, e os “Craques da bola”, de Tomar, quase pode resumir-se à história dos golos, já que os algarvios venceram por goleada, com 9-2 no final, após os 3-0 ao intervalo e com Marco Mendonça a apontar cinco dos golos da sua equipa.

O jogo seguinte, entre “Os Scalabitinos”, de Santarém, e os “Albi-bancários”, de Castelo Branco, foi bem mais equilibrado, como o resultado demonstra, com triunfo dos ribatejanos, por 6-4. Aos cinco minutos já venciam por 2-0 mas depois descansaram e chegaram ao intervalo a perder por 2-3. No recomeço, depressa chegaram à igualdade e até aos 5-3 mas só lograram o golo da tranquilidade à entrada para o último minuto do jogo, com o pormenor dos seus seis golos terem sido obtidos por Diogo Ramos e Luís Nunes, com três cada.

A grande goleada da tarde aconteceu no terceiro jogo, entre os Uniteam, de Setúbal, e os “Muito à frente”, de Portimão, com os sadinos a triunfarem por 15-0, após 5-0 ao intervalo. Os quinze golos da vitória foram repartidos por sete jogadores setubalenses, cabendo a melhor pontaria a Sérgio Duarte, que fez quatro golos, diante de uma equipa que teve como grande “handicap” o facto de só ter um elemento no banco para as indispensáveis substituições. Mas, entre os poucos jogadores disponíveis, estava o menos jovem do torneio, Luís Miguel Mateus, que conta agora 55 anos de idade.

O equilíbrio voltou a estar patente no último duelo da jornada, com o BES Alentejo, de Évora, a bater os Millennium, de Beja, por tangenciais 4-3. Mas não foi fácil o triunfo dos eborenses, que chegaram ao intervalo a perder por 0-2 para, logo no recomeço, sofreram um terceiro golo. Só então reagiram – e bem – fazendo quatro golos sem resposta.

Os oitavos de final tiveram lugar no dia 31, no mesmo cenário e numa maratona de jogos, que começou às 15 horas para só terminar seis horas depois.



O primeiro jogo opôs o Team Foot ActivoBank ao Dreable Team, de Évora. E, contrariando o grande favoritismo da turma lisboeta, o intervalo chegou com uma igualdade, só desfeita no último minuto, por Rogério Gomes, a dar a vitória aos homens do ActivoBank.

Também o segundo jogo, entre o Clube GBES e “os Tesos”, de Faro, chegou ao descanso com empate a um golo e com a supremacia dos lisboetas a notar-se apenas na etapa complementar, com a obtenção de mais três golos sem resposta.

Viria a seguir o jogo de maior cartaz da jornada e que opunha duas turmas com créditos firmados, o Uniteam, de Setúbal, e o GD Santander Totta, de Lisboa. Os “vermelhos” até começaram bem, com dois golos nos primeiros quatro minutos e com 3-1 aos 9 minutos. Mas os sadinos reduziram perto do intervalo e chegaram ao empate a treze segundos do final do tempo regulamentar, graças ao golo de Paulo Guerreiro e que obrigou a um “alucinante” prolongamento, com Sérgio Duarte a marcar no primeiro minuto e os homens do Uniteam a segurarem a van-

tagem até final, cometendo a proeza de imporem a primeira derrota da época aos campeões nacionais e do Sul e Ilhas da temporada passada.

No jogo seguinte, entre os Red Team e o BES Alentejo, foi notória a superioridade dos lisboetas, que venceram por 5-0, após 2-0 ao intervalo.

O equilíbrio e a incerteza no marcador voltaram a registar-se no duelo entre os Portugais e o CA Alentejo Central. O intervalo chegou com os Portugais a vencerem, por 1-0, uma vantagem curta que viria depois a ser anulada, a menos de dois minutos do fim, com o golo de Humberto Pernão, que obrigou a prolongamento. E, aí, os lisboetas valeram-se da sua maior experiência para fazerem mais três golos, acabando por triunfar por 5-3.

Esta ronda, correspondente aos oitavos de final, fechou com o despique entre o Montepio Margem Sul e “Os Scalabitinos”, ganho pelos primeiros, por 6-2, com 2-0 ao intervalo e com Rui Figueiredo a apontar três dos seis golos da sua equipa.

Vão seguir-se os quartos de final, a realizar na tarde do próximo sábado, dia 14, e de novo no pavilhão dos Serviços Sociais da CGD, onde também se realizarão as meias-finais, no sábado seguinte, dia 21, e a partir das 15 horas.

Os quatro jogos do próximo sábado – Agriteam – Clube GBES, Banifs (Madeira) – Red Team, Montepio Margem Sul – Uniteam e Team Foot ActivoBank – Portugais – prometem levar muitos bancários às bancadas do recinto, já que oferecem duelos de grande equilíbrio, que prometem grande incerteza até final, quanto aos vencedores. ■

## RETIFICAÇÃO

### Campeões nacionais de 2011

No número anterior desta revista e sob o mesmo título, referíamos, na página 19, os nomes dos campeões nacionais de 2011, nas diversas competições desportivas realizadas no ano passado, sob a égide da Febase. Contudo, era indicado o nome de João Farrumba como vencedor do campeonato de surfcasting quando, de facto, venceu a sua zona mas deixou fugir o título para Orlando Viegas, do Banco Santander Totta.

Aos visados e aos leitores aqui ficam os nossos pedidos de desculpa pelo erro cometido. ■





*Centro de Férias*

S i n d i c a t o   d o s   B a n c á r i o s   d o   S u l   e   I l h a s

# Super oferta

Válida de 1 de abril a 13 junho

## 4 dias 3 noites

# 66,75€

Preço por pessoa Meia Pensão

**Conheça  
uma região  
privilegiada**

Descubra as belezas da região, passeando a pé ou utilizando as bicicletas de montanha que disponibilizamos para o seu bem estar.

Aprecie, aqui tão perto, recantos indescritíveis como: Dornes, Albufeira do Castelo de Bode, Lago Azul, o Centro Geodésico de Portugal assim como o Santuário de Fátima e muitos outros lugares que nos enchem a alma de vontade de regressar novamente.

Admire o vasto artesanato da região composto de peças trabalhadas em madeira, barro, vime, mantas de trapos e de lã, nomeadamente as lindíssimas colchas e toalhas tecidas em teares manuais.

Prove a fabulosa cozinha regional ribatejana



**Centro de Férias e Formação**

Casal do Zote – Bêco  
2240-208 Ferreira do Zézere  
Tel.: 249 360 200  
Fax: 249 360 290  
centroferias.formacao@sbsi.pt

**Para sócios de sindicatos  
filiados na UGT e na FEBASE**